



XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 16 DE JULHO DE 2025

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)  
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)  
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)  
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 11 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Deliberação n.º 9/XVII/1.<sup>a</sup> e do Projeto de Lei n.º 61/XVII/1.<sup>a</sup>.

Apreciou-se a Petição n.º 28/XVI/1.<sup>a</sup> (Associação SOS Quinta dos Ingleses) — Pela proteção da mata da Quinta dos

Ingleses, em conjunto com os Projetos de Resolução n.ºs 142/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela preservação e salvaguarda da Quinta dos Ingleses e pela criação de um mecanismo destinado a apoiar os municípios na aquisição e preservação de espaços verdes de elevado valor ambiental e natural, 153/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a proteção, valorização e

classificação da Quinta dos Ingleses como paisagem protegida, 159/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda a defesa do património ambiental e a classificação da Quinta dos Ingleses (Cascais) como «paisagem protegida» e 167/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Pela preservação responsável, valorização ecológica e transparência na gestão da Quinta dos Ingleses, que foram rejeitados na generalidade. Proferiram intervenções os Deputados Isabel Mendes Lopes (L), Inês de Sousa Real (PAN), Mariana Mortágua (BE), Pedro Pessanha (CH), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Alfredo Maia (PCP), Filipe Sousa (JPP), Jorge Miguel Teixeira (IL), Miguel Matos (PS) e Hugo Patrício Oliveira (PSD).

Seguiu-se a discussão da Petição n.º 47/XVI/1.<sup>a</sup> (Cátia Francisca Genésio da Costa e outros) — Pela reabertura da urgência pediátrica de Viseu durante a noite, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 144/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que assegure o funcionamento permanente da urgência pediátrica da Unidade Local de Saúde de Viseu Dão-Lafões, 154/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda o reforço dos cuidados pediátricos no Serviço Nacional de Saúde, 165/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que garanta o funcionamento da urgência pediátrica da ULS de Viseu Dão-Lafões de forma permanente e 170/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Garantir o funcionamento regular e permanente da urgência pediátrica da Unidade Local de Saúde de Viseu Dão-Lafões, que foram aprovados na generalidade. Intervieram os Deputados Inês de Sousa Real (PAN), Isabel Mendes Lopes (L), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Paula Santos (PCP), Joana Cordeiro (IL), Mariana Mortágua (BE), Filipe Sousa (JPP), Isabel Fernandes (PSD), João Tilly (CH) e Armando Mourisco (PS).

Foi discutida a Petição n.º 115/XIV/1.<sup>a</sup> (Associação de Lesados em Obrigações e Produtos Estruturados – ALOPE) — Para controlo, revisão e criação de legislação que salvaguarde os direitos dos investidores não qualificados no âmbito da comercialização de produtos financeiros pelas instituições bancárias, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 113/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Adota normas de proteção dos investidores não profissionais no âmbito da comercialização de produtos financeiros e 121/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Proteção de aforradores e investidores não qualificados e com o Projeto de Resolução n.º 156/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda o reforço da proteção de investidores não profissionais, que foram rejeitados. Usaram da palavra os Deputados Carlos Pereira (PS), Mariana Mortágua (BE), Patrícia Gonçalves (L), Filipe Sousa (JPP), Mário Amorim Lopes (IL), Paulo Nuncio (CDS-PP), João Ribeiro (CH), Alfredo Maia (PCP), Pedro Coelho (PSD), Rui Tavares (L) e Inês de Sousa Real (PAN).

O Presidente deu conta do falecimento do ex-Deputado José Junqueiro, dirigindo condolências ao PS e à família.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs 75/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto) — De pesar pelo falecimento de Luís Jardim e 76/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de António José Bastos Leitão, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 115/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Estender a aplicação do IVA mínimo para a aquisição e manutenção dos equipamentos de produção energética renovável.

Na sequência da aprovação de um requerimento, apresentado pelo PS, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 4/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, e de um requerimento, apresentado pelo PSD, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade do texto

final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo àquela proposta de lei, e após terem usado da palavra os Deputados Sofia Pereira (PS), Patrícia Gonçalves (L), Eduardo Teixeira (CH), Hugo Carneiro (PSD), Paulo Nuncio (CDS-PP), Mariana Mortágua (BE), Mário Amorim Lopes (IL), Paula Santos (PCP), Inês de Sousa Real (PAN) e Filipe Sousa (JPP), foi aprovado, na especialidade (assunção, pelo Plenário, das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão) e em votação final global, o texto final apresentado por aquela Comissão. Foi ainda aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexactidões.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade (assunção, pelo Plenário, das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de comissão) — após intervenções dos Deputados Pedro Delgado Alves (PS), Vanessa Barata (CH), Mariana Mortágua (BE), Rui Rocha (IL), Paulo Muacho (L), Inês de Sousa Real (PAN), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Paula Santos (PCP), Filipe Sousa (JPP) e António Rodrigues (PSD) — e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 3/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) e ao Projeto de Lei n.º 61/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, com as alterações entretanto aprovadas (o Governo e o CH retiraram as suas iniciativas a favor do texto de substituição). Posteriormente, foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexactidões.

Foi aprovado, na votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 2/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) e ao Projeto de Lei n.º 60/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Cria a unidade nacional de estrangeiros e fronteiras, na Polícia de Segurança Pública, relativamente ao qual foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexactidões.

Foram aprovados os n.ºs 88 a 107 do *Diário*, relativos à 1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da XVI Legislatura.

Após terem usado da palavra, além do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim), os Deputados Isabel Mendes Lopes (L), Hugo Carneiro (PSD) e Paula Santos (PCP), foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, a Proposta de Lei n.º 10/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Autoriza o Governo a transpor a Diretiva (UE) 2021/2167, que harmoniza o acesso e o exercício da gestão de créditos bancários não produtivos e define os requisitos para os adquirentes de créditos, tendo sido igualmente aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexactidões.

Foi ainda aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do PSD a intervir em tribunal.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 9 a 13/XVII/1.<sup>a</sup>, das Propostas de Resolução n.ºs 1 a 3/XVII/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Lei n.ºs 122 a 125/XVII/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 178 a 180/XVII/1.<sup>a</sup>.

O Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 8 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, está aberta a sessão.

*Eram 11 horas e 3 minutos.*

Peço aos Srs. Agentes da autoridade para abrirem as portas das galerias, para o público poder assistir aos nossos trabalhos.

*Pausa.*

Pedia ao Sr. Secretário da Mesa o favor de ler o expediente.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, anuncio à Câmara que deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, as seguintes iniciativas: Projeto de Deliberação n.º 9/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) e Projeto de Lei n.º 61/XVII/1.<sup>a</sup> (CH).

O Sr. **Presidente**: — Vamos então dar início aos nossos trabalhos.

Temos, como primeiro ponto da ordem do dia, a discussão da Petição n.º 28/XVI/1.<sup>a</sup> (Associação SOS Quinta dos Ingleses) — Pela proteção da mata da Quinta dos Ingleses, bem como dos Projetos de Resolução n.ºs 142/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela preservação e salvaguarda da Quinta dos Ingleses e pela criação de um mecanismo destinado a apoiar os municípios na aquisição e preservação de espaços verdes de elevado valor ambiental e natural, 153/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a proteção, valorização e classificação da Quinta dos Ingleses como paisagem protegida, 159/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda a defesa do património ambiental e a classificação da Quinta dos Ingleses (Cascais) como «paisagem protegida» e 167/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Pela preservação responsável, valorização ecológica e transparência na gestão da Quinta dos Ingleses.

Para uma intervenção, vou dar a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Caros Concidãos nas galerias: O que é que torna uma comunidade unida? O que é que torna uma comunidade resiliente? O que é que torna uma comunidade solidária? É algo muito simples: é as pessoas conhecerem-se, partilharem espaços comuns, é haver lugares onde as pessoas se possam encontrar, se possam conhecer, conhecer as caras, conhecer pessoas diferentes.

Por isso é que é tão importante termos espaços e sítios públicos. Por isso é que é tão importante termos bibliotecas, termos jardins públicos, termos parques infantis, porque são os sítios onde a comunidade se encontra e onde se criam laços — laços de vizinhança, laços de amizade —, e esses laços servem-nos...

*Burburinho na Sala.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, desculpe interrompê-la.

Pedia que, na Câmara, quem estivesse em pé se sentasse e fizesse o favor de conversar mais baixo.

Faça favor de continuar, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Como estava a dizer, esses laços permitem combater algo que é tão grave atualmente, que é a solidão, que nos afeta no dia a dia, mas permitem-nos também, em casos de emergência, ter laços mais fortes, fazendo com que a comunidade se proteja e seja mais resiliente.

Por isso é que estes espaços públicos são tão importantes e são chamados de palácios para as pessoas, porque são, efetivamente, o sítio onde todas as pessoas têm o direito a ter o seu palácio e onde se podem encontrar.

Este é o caso da Quinta dos Ingleses. A Quinta dos Ingleses é um espaço absolutamente extraordinário, em Cascais, em Carcavelos, onde as pessoas têm a oportunidade de se poderem encontrar, e este espaço está em causa.

A Quinta dos Ingleses não é só um espaço que tem todo o potencial de biodiversidade e de ser um espaço verde, onde as pessoas se podem encontrar; é também um espaço de memória — e é muito importante garantir que as comunidades continuam a ter a sua memória. A Quinta dos Ingleses era o sítio, por exemplo, de onde partia o telégrafo que ligava a Europa a todo o mundo.

Estes espaços de memória também são muito importantes para conseguirmos manter os laços entre as comunidades do passado e as comunidades do presente e do futuro.

Por isso é que é tão importante manter a Quinta dos Ingleses como espaço público, como espaço verde, e é tão relevante a luta que a comunidade local tem feito pela preservação da Quinta dos Ingleses.

Por isso, quero agradecer aos peticionários, que têm demonstrado uma energia e uma persistência incedíveis. Há muitos anos que as tentativas de construção na Quinta dos Ingleses enfrentam uma fortíssima oposição da população local e de vários movimentos cívicos.

É altura de preservar a Quinta dos Ingleses e de a transformar num verdadeiro espaço público, aberto à comunidade, pela sua riqueza ecológica, pela sua riqueza paisagística, pelo seu valor histórico e cultural.

Não deve ser vista como uma reserva de betão e uma zona para mais construção, mas sim como um verdadeiro bem comum, um bem coletivo, um palácio para as pessoas, onde a comunidade tem a oportunidade de se encontrar.

Por isso, é muito importante preservar a Quinta dos Ingleses, e é esse o apelo que fazemos aqui, desde a Assembleia da República.

*Aplausos do L e do PAN.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, dispondo de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Gostaria, em primeiro lugar, de saudar os peticionários, que se deslocaram hoje para assistir a este Plenário, pese embora ainda não tenham conseguido aceder às galerias. Saúdo também, em particular, a Associação SOS Quinta dos Ingleses e as mais de 11 000 pessoas que se têm mobilizado para pôr este Parlamento a discutir a preservação da Quinta dos Ingleses, em Carcavelos, uma causa que o PAN acompanha e defende, desde a primeira hora.

Falamos de uma comunidade que tem procurado não só preservar este espaço verde, mas também realçar os laços comunitários e a ligação com os mais jovens, a ligação com a praia de Carcavelos e também com a prática do *surf*, entre outros impactos sociais e ambientais. A destruição deste espaço verde — que tem quase 52 ha e 298 espécies de animais — para dar lugar a um megaempreendimento de betão vai pôr tudo isto em causa.

Estamos a falar do fim do maior pulmão verde da linha costeira entre Lisboa e Cascais.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, isto vai completamente em contraciclo com os compromissos que Portugal tem assumido e também com a necessidade de termos espaços verdes que travem o nível da subida do mar, nomeadamente com o depósito de areias, constituindo um tampão de proteção a esta mesma subida.

Falamos também de um projeto que, não só pela mão do atual Ministro da Habitação e Infraestruturas e anterior vice-presidente da câmara, mas também pela teimosia do município, não resolve os problemas da habitação em Cascais. Muito pelo contrário, vai trazer novos problemas sociais e já está a agravar o trânsito, o acesso às escolas, às creches, pondo em causa a qualidade de vida desta comunidade.

Recordo que, em 2011, pela mão do PAN, este Parlamento aprovou a qualificação da Quinta dos Ingleses como paisagem protegida de âmbito local, algo que só não foi concretizado porque o PSD e o CDS não quiseram.

Hoje temos mais uma oportunidade de travar este atentado ambiental. O PAN está ao lado dos peticionários desta comunidade e esperamos que as demais forças políticas também estejam, pelas presentes e futuras gerações.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, dispondo de 2 minutos, para uma intervenção.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Queria também cumprimentar os peticionários, que lutam para preservar a Quinta dos Ingleses, que é uma referência para gerações e gerações de pessoas que viveram ou passaram férias em Carcavelos e que usaram a Quinta dos Ingleses para brincar, para passar tempo livre, como parte do seu tempo lúdico e das suas atividades lúdicas.

Estes espaços verdes, que existem na malha urbana, são preciosos. Eles são preciosos do ponto de vista ambiental, porque são o pulmão das cidades; são o que permite baixar a temperatura das cidades; são o que permite evitar as consequências do nível das águas, neste caso do nível do mar, e a erosão costeira; são aquilo que permite manter os mínimos da fauna, do *habitat*, das espécies que ali vivem; mas são também garantes democráticos da utilização do espaço público.

Um espaço público que é utilizado por pobres e ricos, por todas as gerações, que é usado por todos porque é de todos, não vai ser assim quando for um condomínio de luxo.

Portanto, há todas as boas razões para defender a Quinta dos Ingleses e defender que esta não seja subjugada, mais uma vez, ao interesse imobiliário de um condomínio de luxo.

O que está a acontecer é que se está a trocar o direito de toda a população a aceder a um espaço verde, a proteger o seu meio ambiente, a proteger a sua memória e, se quiserem, as suas tradições por um condomínio de luxo, que vai servir uma minoria, que vai impermeabilizar ainda mais aquela zona, que vai trazer danos ambientais, que não vai servir para resolver o problema da habitação e que vai dar uma boa vista sobre o mar a alguns privilegiados, prejudicando todos os outros.

Por isso, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, nós acompanhamos esta petição. Achemos que é uma questão de elementar justiça e de bom senso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pessanha, do Chega, para uma intervenção. Tem 3 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Cumprimento-vos e aproveito também para saudar os peticionários.

Há momentos, nesta Casa, em que somos chamados a decidir entre o erro repetido e a coragem de corrigir. A proposta que hoje aqui apresentamos, inspirada numa petição com mais de 11 000 assinaturas e apoiada por milhares de participações cívicas, é precisamente isso: um apelo à responsabilidade, à transparência e ao bom senso.

Falo-vos da Quinta dos Ingleses, em Carcavelos, uma mata centenária, com mais de 50 ha, que constitui o último grande pulmão verde contínuo entre Lisboa e Cascais.

Não estamos a falar de um terreno abandonado ou devoluto. Estamos a falar de um ecossistema consolidado, com árvores de grande porte, fauna e flora protegidas e uma função insubstituível na estabilidade da linha costeira, na qualidade do ar e na prevenção da erosão da praia de Carcavelos.

O plano que ameaça esta área é megalómano e irresponsável: 850 apartamentos, hotéis, zonas comerciais, tudo isto numa zona já saturada por empreendimentos, como, por exemplo, a Nova SBE (School of Business and Economics) ou o Hilton.

Com este projeto, querem reduzir a mata a 8 ha fragmentados, encaixados entre betão e arruamentos — uma caricatura de compensação verde que só engana quem quer ser enganado. Pior: o processo tem sido tudo menos transparente.

Já em 2021, a Assembleia da República recomendou ao Governo que estudasse formas de proteger este espaço, incluindo a sua classificação como paisagem protegida local. A resposta da Câmara Municipal de Cascais foi ignorar esta recomendação, acelerar licenças, vedar terrenos e esconder documentos. Houve ameaças a cidadãos, remoção de murais de protesto, ocultação de informação, e foi precisa intervenção dos tribunais, para obrigar a autarquia a cumprir o seu dever de transparência.

Perante tudo isto, como pode o Estado avançar com a destruição irreversível deste património natural?

O Grupo Parlamentar do Chega não é contra o investimento privado nem contra a propriedade,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem!

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — ... mas nunca aceitaremos que estes direitos sejam usados como cortina de fumo para negócios obscuros.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Bem!

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Queremos desenvolvimento com regras, urbanismo com critério, crescimento com integridade.

Por isso, o que pedimos é simples e razoável: que se suspenda de imediato qualquer obra ou licença, enquanto durarem os processos em curso; que se realize uma avaliação ambiental e urbanística independente, sem envolvimento dos promotores; que se procure uma solução de equilíbrio, através de expropriação ou permuta com compensação justa; e que se garanta, sobretudo, transparência total, sem mais documentos escondidos, sem mais decisão à porta fechada.

A Quinta dos Ingleses é mais do que um espaço verde, é um símbolo, e a forma como lidamos com este caso será o espelho da nossa seriedade, enquanto representantes do povo português.

Por esta razão, esperamos que os restantes grupos parlamentares nos acompanhem neste projeto de resolução.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, para uma intervenção, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Eu cresci em Carcavelos, joguei futebol muitos anos no Grupo Sportivo de Carcavelos, que tem as suas instalações na Quinta dos Ingleses, e vou partilhar uma coisa. Ouvei alguns dos Srs. Deputados falarem e acho que estavam a falar de outro sítio qualquer. É outra Quinta dos Ingleses, não é a Quinta dos Ingleses que eu frequentei toda a minha infância e onde pratiquei desporto durante toda a minha infância.

As pessoas imaginam, ao ouvir as intervenções dos meus colegas, que estamos a falar de um parque urbano consolidado, com árvores em toda a sua extensão.

Não é nada disso. Grande parte daquele território não é fruído por absolutamente ninguém. Está abandonado há décadas. Parte é descampado, não tem árvore nenhuma. Repito: uma parte significativa é descampada, não tem árvore nenhuma.

Aquilo que é fundamental que se encontre é uma solução que possa consolidar o património natural, que, de facto, existe, tratando-se de uma área de terreno muito vasta, e a capacidade de isso ser fruído pelos cidadãos.

Isso consegue-se através de um grande projeto urbanístico só de construção? Não.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Exato!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É preciso encontrar valências diferentes, que permitam exatamente a valorização daquela área e, desde logo, a valorização do seu património natural? Sim.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, de quatro em quatro anos, a meses da campanha eleitoral em Cascais, voltamos a estas discussões no Parlamento, quando elas têm o seu espaço na Assembleia Municipal de Cascais, têm as suas deliberações nos órgãos municipais em Cascais, e pode perfeitamente voltar a ser assim. Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, nada do que está neste momento em execução é ilegal ou deixou de passar pelos órgãos autárquicos.

Além disto, é preciso lembrar uma coisa: todo este processo começou com um caso muito complexo de direitos adquiridos e, obviamente, a população tem de saber quais seriam as consequências para o município, quais seriam as consequências para as próprias populações, se esses direitos adquiridos não fossem respeitados.

Portanto, é preciso um bocadinho mais de responsabilidade, saber o que está em causa no Parlamento, o que está em causa nos órgãos autárquicos, o que pode, efetivamente, ser feito e o que não pode ser feito.

De uma vez por todas — e é isso que as pessoas esperam —, é preciso que, ao fim de décadas, a Quinta dos Ingleses tenha uma solução que permita a todos fruir dela.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PCP saúda todos aqueles que não desistem da luta pela Quinta dos Ingleses, que não se conformam com a destruição paulatina deste importante património de Carcavelos, de Cascais e do País, e que há décadas intervêm e lutam pela sua preservação. Muitos deles estão presentes nas galerias. Em geral, o PCP saúda os largos milhares de peticionários que, mais uma vez, convocam a Assembleia da República para discutir este problema.

O PCP não intervém neste debate com um projeto de resolução, porque esta Casa já aprovou, em junho de 2021, uma resolução que recomendava ao Governo a salvaguarda e a valorização ambiental e patrimonial da Quinta dos Ingleses, assegurando o seu equilíbrio com o restante ecossistema urbano e ambiental.

Nessa oportunidade, o PS rejeitou o projeto de resolução apresentado pelo PCP, mas o PCP viabilizou o projeto do Partido Socialista.

No entanto, os Governos do PS nada fizeram e os Governos do PSD e do CDS nada fizeram e nada fazem.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o PCP?!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Neste momento, mais do que continuar a aprovar resoluções, exige-se que o Governo em funções cumpra a resolução da Assembleia da República que já existe. Por isso, já perguntámos à Sr.<sup>a</sup> Ministra do Ambiente e Energia o que tem feito o Governo para proteger a Quinta dos Ingleses e respeitar a vontade das populações.

O Governo tem de assumir as suas responsabilidades e avançar para a classificação da Quinta dos Ingleses como paisagem protegida de âmbito local, como os peticionários bem exigem.

Só a luta das populações obrigará o Governo a fazer o que se exige.

As populações de Carcavelos e de Cascais continuam a contar com o PCP, no Parlamento e fora dele, em todas as lutas pela preservação da Quinta dos Ingleses.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem agora a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP. Dispõe de 1 minuto.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O JPP não pode ficar indiferente ao que se está a passar na Quinta dos Ingleses. Estamos a falar da destruição iminente de um dos últimos grandes espaços verdes da costa entre Lisboa e Cascais, mais de 50 ha de património natural, histórico e ecológico — é um erro que compromete o futuro das populações e aumenta os riscos de erosão costeira, cheias e degradação ambiental.

Recordo, como já foi dito pelo Sr. Deputado do PCP, que, em 2021, esta Assembleia já aprovou uma recomendação precisamente com vista à preservação desta área. O processo tem avançado sem diálogo, sem transparência e com investigações judiciais em curso, o que levanta sérias dúvidas sobre a sua legalidade e legitimidade.

Por isso, o JPP defende um modelo de desenvolvimento equilibrado, respeitador do ambiente e da lei.

Por isso, exigimos, como já foi dito, a suspensão imediata deste projeto, uma avaliação ambiental independente e a criação de mecanismos que ajudem os municípios a preservar espaços verdes de elevado valor para as populações e para o País.

O Sr. **Presidente**: — Tem de seguida a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Jorge Teixeira, da Iniciativa Liberal. Tem 2 minutos.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo por cumprimentar os peticionários — caso já estejam aqui presentes — e por dizer que esta não é uma discussão nova. Ela parte de uma realidade que compreendemos: uma petição legítima e preocupações que já duram há bastante tempo, também elas legítimas, que se prendem com o desejo de proteção do património natural presente nesta área.

No entanto, é importante referir que o processo de decisão relativamente à Quinta dos Ingleses e a este empreendimento foi conduzido e aprovado pela Câmara Municipal de Cascais, um Executivo que foi democraticamente eleito e que estava no pleno exercício das suas competências legais.

Este projeto teve uma declaração de impacto ambiental favorável condicionada, em 2018, e, na sequência dessa mesma declaração, em 2020, foi apresentado e levado a consulta pública um relatório de conformidade ambiental do projeto. Esse relatório consiste em 50 páginas a detalhar dezenas de medidas de mitigação de impacto ambiental deste empreendimento. Esta consulta pública acabou há quase cinco anos; daqui a um mês, passam cinco anos do fim desta consulta pública.

Recentemente, o Ministério Público arquivou uma queixa contra este plano de urbanização, encerrando quaisquer dúvidas legais.

Por isso, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, este debate não é só sobre a Quinta dos Ingleses. Este debate é sobre o direito que este Parlamento tem a sobrepor-se a todas as autoridades públicas e mais algumas, desde o Estado à administração local, para decidir de um modo completamente discricionário contra o empreendimento imobiliário.

Ora, se respeitamos o poder local, o Estado de direito e os limites das funções desta Assembleia, não podemos agora estar a reescrever decisões que foram tomadas e avaliadas por quem tinha competência. Podemos, sim, questionar prioridades; podemos concordar ou não com a pertinência do projeto.

Agora, pergunto: o que seria do nosso Estado de direito se começássemos, por decisão da Assembleia, a atropelar promotores e a expropriá-los, sem mais nem menos?

Portanto, no entender da Iniciativa Liberal, nenhuma das iniciativas que vêm a este debate faz qualquer sentido, e devemos, sim, respeitar os órgãos competentes a este respeito.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Se não houver mais inscrições, passaremos para o segundo ponto da nossa ordem do dia.

*Pausa.*

Tem ainda a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa Matos, do Partido Socialista, para uma intervenção, dispondo de 2 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Queria, em primeiro lugar, saudar os peticionários.

Esta luta contra a absurda urbanização da Quinta dos Ingleses é uma luta pela nossa terra, para salvar a vila, para salvar a praia; é uma luta para salvar o último pedaço verde entre o Guincho e o Parque das Nações.

Para mim, é uma luta especial, porque foi, aliás, sobre este tema que fiz uma das minhas primeiras intervenções públicas, quando tinha apenas 16 anos.

Ora, vamos aos factos: o projeto tem direitos de construção há décadas e foi comprado pelo atual proprietário com esse pressuposto.

Segundo facto: diferentes Executivos tentaram limitar o que foi originalmente autorizado, mas não se pode julgar adequado hoje o que era adequado na altura, até porque, hoje em dia, aquele é um concelho com muito mais pressão urbanística.

Terceiro facto: nos últimos 20 anos, o PS tem combatido este projeto. É demasiado betão, vai haver demasiado trânsito e vai-se gerar muita especulação imobiliária. Perde-se o pinhal dos ingleses e vamos lá ver o que se vai perder de praia! Atenção!

Perante a ineficácia dos planos de ordenamento da orla costeira, estudámos como é que se poderia fazer uma área protegida de âmbito nacional — mas não se pode fazer.

Esta luta situa-se, por isso, como já foi aqui dito, no plano local. Foi lá que o PS sempre pugnou por um projeto mais equilibrado e mais ecologista. Foi por isso que propusemos aqui, e foi aprovado, em 2021, um projeto de resolução para que a câmara municipal fizesse disto uma área protegida de âmbito local.

Pois bem, a câmara não quis, a câmara alegou falta de dinheiro para compensar quem tem direito a lá construir, e esse é um problema que temos de resolver. Aliás, o PAN propõe isso, e bem, no seu projeto de resolução.

Hoje em dia, a urbanização já tem licenciamento urbanístico, já tem licenciamento ambiental, está loteada, está em construção. Por isso, a Assembleia da República e o Governo não podem, como, por exemplo, pretende o Chega, ir além das suas competências. Não podemos usurpar as competências do poder local.

Também não podemos, como quer, por exemplo, o Bloco, fingir que esta deve ser uma área protegida de âmbito nacional, quando o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) já disse que não há margem para esta poder ser uma área protegida de âmbito nacional.

Nem é realista termos a pretensão, como defende o Livre, de que toda esta área possa ser tornada verde. Sim, sempre defendemos que a área pudesse ter um projeto diferente, com mais áreas verdes, mas, infelizmente, o projeto não pode ser todo verde.

Pela nossa parte, vamos continuar a batalhar convosco no sentido de sensibilizar a câmara municipal e também o construtor para que se cortem menos árvores, para que se faça uma obra com menos construção, com menos poluição, com menos ruído, para que, se possível, se adapte ainda a obra para ter menos betão, para preparar a vila para este influxo de gente e de carros.

Srs. Deputados, é assim, a falar verdade às pessoas, que melhor se protege o ambiente e a população.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Hugo Oliveira, do PSD, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, quero dizer ao Sr. Deputado Miguel Matos o que já lhe disse uma vez aqui, que não estamos na Assembleia Municipal de Cascais, e tem tendência para não se lembrar desse pormenor, que é importante!

Permitam-me começar por saudar o empenho cívico dos cidadãos que hoje apresentam uma causa que mobiliza muitos: a proteção da Quinta dos Ingleses, em Cascais.

É de facto inegável que, apesar de situada em contexto urbano, estamos perante uma área de valor natural e paisagístico com significado simbólico para a comunidade local; é compreensível que suscite preocupação e até alguma contestação.

Mas é também importante que, na Casa da democracia, possamos olhar para esta questão com serenidade, com respeito pelas instituições e com rigor em relação aos fundamentos legais e administrativos em causa. Mais recentemente, o Tribunal Central Administrativo Sul foi bem claro sobre esta matéria, e até houve o arquivamento do processo no Ministério Público.

Este acórdão confirmou a legalidade do processo e a existência de direitos urbanísticos, entretanto adquiridos, que não podem ser ignorados sem a devida ponderação legal e financeira. Esta é uma realidade jurídica e institucional que nenhum responsável público pode ignorar ou contornar.

A nossa posição é clara e coerente: respeitamos a autonomia do poder local e isso significa respeitar as decisões democraticamente tomadas pelas autarquias, mesmo quando essas decisões nos colocam dilemas difíceis.

Entendemos, por isso, que qualquer iniciativa que vise suspender ou rever o plano aprovado deve partir da própria autarquia — se for o caso —, que conhece melhor o território e está em melhores condições para avaliar os impactos, incluindo os de natureza financeira. Reitero: os de natureza financeira.

Se a câmara municipal entender iniciar esse processo, o Governo deverá estar disponível para cooperar. Mas impor decisões a partir do Parlamento, ignorando a realidade jurídica e a autonomia municipal, não é um caminho que possamos acompanhar.

*Aplausos do PSD.*

O PSD está disponível para dialogar, para construir pontes, para encontrar soluções equilibradas, mas nunca à custa da segurança jurídica, da autonomia local ou da responsabilidade financeira do Estado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — A autonomia local é uma das grandes conquistas do regime democrático. O Partido Social Democrata teve, desde a primeira hora, um papel ativo na sua consagração constitucional e nas reformas que a consolidaram.

É especialmente relevante reafirmar este princípio num momento em que nos aproximamos de eleições autárquicas, um momento em que os cidadãos renovam a confiança nos seus representantes locais, aqueles que melhor conhecem os desafios e as potencialidades de cada território. Por isso, dizemos: preservar, sim, mas com responsabilidade!

O PSD está onde esteve sempre: ao lado das soluções sérias, equilibradas e com futuro.

Por último, não podemos vir aqui umas vezes gritar que queremos mais habitação, mas depois vir dizer o contrário a quem quer criar mais habitação.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Está assim findo o primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos e avançamos agora para o segundo ponto, do qual consta a apreciação da Petição n.º 47/XVI/1.<sup>a</sup> (Cátia Francisca Genésio da Costa e outros) — Pela reabertura da urgência pediátrica de Viseu durante a noite, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 144/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que assegure o funcionamento permanente da urgência pediátrica da Unidade Local de Saúde Viseu Dão-Lafões, 154/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda o reforço dos cuidados pediátricos no Serviço Nacional de Saúde, 165/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que garanta o funcionamento da urgência pediátrica da ULS de Viseu Dão-Lafões de forma permanente, e 170/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Garantir o funcionamento regular e permanente da urgência pediátrica da Unidade Local de Saúde de Viseu Dão-Lafões.

Para uma primeira intervenção, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, que dispõe de 2 minutos.

Peço-lhe que aguarde só um minuto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, para se efetuar a mobilidade dos Srs. Deputados, ou seja, a troca de lugares para este segundo ponto.

*Pausa.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, pedia alguma celeridade para a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real poder fazer a sua intervenção.

Peço a quem está em pé, a conversar, o favor de se sentar.

*Pausa.*

Srs. Deputados, está muito ruído na Sala.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, para uma intervenção de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo por saudar as quase 8000 pessoas que, com esta petição, trouxeram a debate a reabertura da urgência pediátrica da Unidade Local

de Saúde de Viseu Dão-Lafões em horário noturno, saudando em especial os pais e as mães que se mobilizaram com esta petição e com manifestações na honrosa causa da defesa do direito à saúde dos seus filhos.

Foi precisamente devido à pressão, e não só dos peticionários, que a urgência pediátrica pôde ser reaberta em horário de 24 horas por dia no final do ano passado, e, assim, vermos resolvido o problema que apresentaram na vossa petição.

Aliás, aproveito para referir que, quer esta petição, quer a anterior, são do ano passado. Portanto, estar aqui a conotar a discussão destas petições com o momento eleitoral que agora se vive, não só não é sério como, se há alguma questão a apontar será, certamente, à Assembleia da República — neste caso, a este Parlamento — que não cuidou de as discutir mais cedo.

Mas, no que diz respeito a estas urgências pediátricas e ao seu fecho, recordamos que o facto de fecharem entre as 20 horas e as 9 horas é algo inadmissível, que deixa as populações em clara vulnerabilidade, em particular, obrigando as crianças que necessitavam de tratamento urgente, no período noturno, a terem de se deslocar a Coimbra para acederem a uma unidade de pediatria ou, no limite, a Tondela, como se a consulta não tivesse de ser feita por um médico pediatra. Tudo isto ficava mais grave por, como é do conhecimento de todos, o helicóptero do INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica) não estar em funcionamento em horário noturno e o IP3 (Itinerário Principal n.º 3) estar num estado lastimável, o que também punha em causa a própria viagem para Coimbra.

Este estado de coisas não era aceitável, especialmente quando está em causa uma unidade de saúde que serve meio milhão de utentes, num total de 14 concelhos.

Ainda assim, o problema está ultrapassado ao tempo em que debatemos esta petição.

No entanto, neste debate, o PAN não quer que esta solução que hoje vigora seja apenas transitória ou que venha a ser posta em causa daqui a um tempo por falta de profissionais de saúde, pelo que pedimos não só que haja contratação de médicos pediatras, mas também que se dê um sinal de esperança a estas populações mais isoladas, para que se garanta o funcionamento da urgência pediátrica 24 horas por dia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre, dispondo de 3 minutos.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Srs. Peticionários: Durante meses, as crianças da região de Viseu e os seus pais e mães foram obrigados a percorrer 90 km, até Coimbra, para conseguirem aceder a cuidados pediátricos urgentes, uma deslocação longa e que põe em perigo a saúde das crianças.

Felizmente, hoje, a urgência pediátrica de Viseu reabriu, e isso aconteceu em grande parte graças à persistência e ao compromisso dos peticionários,...

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

... que trouxeram o tema até à Assembleia da República, e à Sr.ª Ministra da Saúde.

Mas esta resolução não apaga o sinal de alerta que foi dado.

Vimos em Viseu o retrato de um problema estrutural, a fragilidade dos cuidados pediátricos no nosso SNS (Serviço Nacional de Saúde). A descontinuidade dos serviços, a falta de médicos, as ruturas de escala, a saída de profissionais e o atraso nos concursos tornam estas fragilidades palpáveis para milhares de famílias em todo o País.

Este fim de semana, a urgência pediátrica de Vila Franca de Xira esteve encerrada sábado e domingo, e a maioria das urgências funciona com referenciação, o que ilustra bem a instabilidade do sistema.

A reorganização dos serviços com triagem prévia pelo SNS 24 é um passo que não resolve os problemas estruturais e, sobretudo, não substitui a importância vital de ter urgências acessíveis e equipas multidisciplinares prontas a responder onde e quando as crianças precisam.

Em maio deste ano, mais de 1,6 milhões de utentes não tinham ainda médico de família, incluindo muitas crianças, para quem este acompanhamento próximo é decisivo.

Apesar do esforço para dar prioridade às crianças na lista de espera, a resposta ficou aquém do necessário para garantir a cobertura universal e o acompanhamento regular das crianças. Este primeiro passo, esta porta de entrada, é essencial para garantir a articulação e a qualidade dos restantes cuidados.

E por isso, o projeto de resolução que o Livre hoje apresenta, arrastado a esta petição, recomenda ao Governo a atribuição de um médico e um enfermeiro de família a todas as crianças e jovens, o acesso rápido e seguro às urgências, a contratação e fixação de equipas de cuidados pediátricos, o reforço da articulação entre cuidados hospitalares e cuidados primários e a monitorização dos indicadores de acesso aos cuidados, porque é fundamental garantir que todas as crianças, em qualquer ponto do País, possam contar com cuidados de saúde de qualidade e em tempo útil.

Este é o compromisso do Livre e devia ser um compromisso de todos.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, tem a palavra para uma intervenção. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Sabemos que a realidade das urgências pediátricas em Portugal é difícil, é um problema estrutural, e que a situação na Unidade Local de Saúde de Viseu Dão-Lafões foi especialmente complexa nos últimos meses.

Também não podemos deixar de reconhecer que houve uma evolução — esta petição é anterior —, uma evolução promovida já durante as funções do Governo anterior, um Governo também PSD/CDS.

Portanto, neste momento, aquilo que é importante relativamente aos cuidados pediátricos e à urgência pediátrica, e já depois de termos ultrapassado a fase em que, de facto, esteve encerrada entre as 20 horas e as 9 horas — essa já não é a realidade atual, é importante reconhecer-se isso —, é que foram tomadas medidas, foram recrutados profissionais de saúde para que esta urgência pudesse estar aberta. Portanto, o que é que é preciso neste momento? Neste momento, é preciso transformar aquela solução que se encontrou em solução estrutural e definitiva.

Isso pode implicar novas contratações e, como tal, o CDS-PP substituiu o seu projeto de resolução — no sentido de substituir aquela que era uma deliberação para a abertura, que era contemporânea do momento em que a petição foi apresentada —, apresentando uma recomendação para que se mantenha este serviço e para que possam ser tomadas as medidas para garantir que assim seja, designadamente, no recrutamento de profissionais.

É importante que na Assembleia da República acolhamos estas petições — e saúdo os peticionários por isso —, mas é especialmente favorável que o façamos quando, entre o momento em que os peticionários se dirigiram ao Parlamento e o momento em que fazemos a discussão, já foram tomadas medidas e já foi encontrada uma solução.

Por isso, queríamos agradecer o facto de os peticionários se terem dirigido a nós, mas salientar, também, o facto de o Governo ter sido rápido e ter conseguido encontrar uma solução.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do PCP, para uma intervenção de 3 minutos. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, quero dirigir, naturalmente, uma saudação aos subscritores desta petição, à sua ação, iniciativa e intervenção em defesa do direito à saúde, e aqui, muito em particular, em defesa do direito à saúde das crianças e dos jovens.

A Unidade Local de Saúde Viseu Dão-Lafões tem uma abrangência muito grande na sua área de intervenção, e aquilo que temos constatado é que, de facto, tem havido uma dificuldade na fixação de profissionais de saúde.

Muitos profissionais de saúde têm saído para o setor privado, e isto leva à diminuição da capacidade de resposta por parte da unidade local de saúde e, em particular, também por parte da área da pediatria e do serviço de urgência.

Isto tem uma causa, e a causa prende-se, de facto, com a desvalorização dos profissionais de saúde, que não se sentem devidamente reconhecidos e valorizados no seu trabalho no Serviço Nacional de Saúde, e levou inclusivamente a que, em determinados períodos, o serviço de urgência pediátrica fosse encerrado durante o período noturno, com tudo o que isso significou de prejuízo para as crianças e jovens. Muitas vezes, para poderem ter um atendimento, tinham de se deslocar para Coimbra ou para a Guarda, percorrendo longas distâncias, muitos quilómetros, em vias que há muito necessitam de requalificação, como é o caso do IP3.

Esta situação, aquilo que exige é, naturalmente, investimento, e aquilo que é necessário é reforçar as equipas, reforçar o número de profissionais de saúde no Serviço Nacional de Saúde, e para isso é preciso haver investimento.

O Governo não adotou ainda as medidas que são estruturais e necessárias para assegurar essa resposta e para assegurar que todos os utentes no nosso País, todas as crianças e jovens, têm, de facto, os cuidados de saúde a que têm direito pela nossa Constituição.

Isso exige, naturalmente, a valorização das carreiras, a valorização dos seus salários, a valorização e a garantia das condições de trabalho, e a verdade é que aquilo que o Governo tem feito tem sido no sentido de contribuir ainda mais para a redução da capacidade de resposta por parte do Serviço Nacional de Saúde.

É por isso que o PCP traz, também, hoje a debate um projeto de resolução — acompanhando esta petição e a preocupação por parte de pais, de mães, por parte de familiares, por parte dos utentes e dos profissionais de saúde —, para que, de facto, sejam tomadas as medidas para a contratação, para garantir a permanência e a fixação e para assegurar, sem sombra de dúvidas, os direitos à saúde, para que também as crianças e os jovens do Centro, do distrito de Viseu, tenham, naturalmente, os cuidados de saúde a que têm direito.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 2 minutos para uma intervenção.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Cumprimento também os mais de 13 000 subscritores da petição que hoje debatemos e quero dizer que esta petição, assim como os projetos de resolução em discussão, convergem todos no mesmo objetivo, que é a reabertura da urgência pediátrica da Unidade Local de Saúde Viseu Dão-Lafões, no horário noturno.

E se, por um lado, é obviamente fácil compreender a preocupação e a mobilização de todas as pessoas e de todos os peticionários, porque estamos a falar do acesso de crianças e das suas famílias a uma urgência e a cuidados de saúde obviamente urgentes, por outro, não podemos fingir que a solução é simples.

A urgência pediátrica, na altura, encerrou por não ser possível garantir equipas completas e diferenciadas durante a noite. Esta dificuldade não é nova, não é exclusiva de Viseu, infelizmente, e mostra bem os limites de um modelo que continua a tentar garantir tudo, em todo lado, a toda a hora, mesmo sabendo que não existem recursos para isso.

Portanto, Srs. Deputados e caros peticionários, a resposta certa para os problemas do SNS não é prometer o impossível, é gerir e planear com responsabilidade. E é por isso que a Iniciativa Liberal tem defendido um modelo de gestão hospitalar mais flexível, com mais autonomia, mais capacidade para reter e atrair profissionais, o que é especialmente importante em zonas do interior. Defendemos ainda uma reorganização responsável da rede de urgências, que garanta que ninguém fica sem uma resposta.

Neste caso concreto, parece-nos obviamente fundamental avaliar se os serviços alternativos garantem uma resposta em tempo útil, se existem equipas e profissionais suficientes para ter a urgência noturna aberta e em segurança e que soluções de mobilidade existem para as famílias.

Este é que deve ser o ponto de partida,...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Cordeiro** (IL): — ... porque aquilo que as pessoas querem, e obviamente com toda a razão, não é apenas uma placa à porta a dizer «urgência aberta». As pessoas querem saber que, quando precisam de

uma urgência, têm uma resposta efetiva, segura e de qualidade, e é isso que nós todos temos o dever de garantir e não de prometer o impossível.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, tem 1 minuto para a intervenção. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Peticionários, a quem cumprimento: Tive a oportunidade de estar, juntamente com muitos dos petiçãoários, numa das mobilizações pela reabertura das urgências pediátricas durante a noite em Viseu e pude ver como a população se uniu e se mobilizou para exigir e para defender, numa zona do interior com difíceis acessos a outros hospitais de outras zonas, nomeadamente a Coimbra, com o IP3, um acesso básico à saúde.

Se hoje o problema está resolvido e ultrapassado, não se deve ao Governo A ou B, deve-se à pressão dessa população, à união que foram capazes de ter e à capacidade que tiveram de lutar e pressionar a abertura das urgências.

O problema, no entanto, não está resolvido. Estruturalmente não está resolvido, porque o Governo não encontrou ainda uma forma de manter os profissionais no SNS e de manter os serviços e as urgências abertos em todo o País.

Já passaram muitos meses, continuamos à espera dessa solução. Temos uma certeza: ela não apareceu, e entregar ao privado não vai resolver o problema.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP. Dispõe de 1 minuto.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Muito rapidamente, quero cumprimentar os petiçãoários desta iniciativa e louvar essa persistência porque, ao fim e ao cabo, contribuiu para que o Governo pudesse pôr a mão na consciência e resolver, ou minimizar, os impactos que o encerramento dessa urgência promoveu em Viseu.

É importante referir que a saúde não é um favor, é um direito que assiste a todos os portugueses. O JPP estará aqui para defender os territórios esquecidos e todas as famílias portuguesas. Por todas as crianças e por todas as regiões, é hora de o Governo encontrar soluções, porque, repito, a saúde não é um direito, a saúde é um dever que os governantes devem salvaguardar a bem das respetivas populações.

O Sr. **Presidente**: — Não tenho mais inscrições relativamente ao segundo ponto.

*Pausa.*

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Fernandes, do PSD. Tem 3 minutos, faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Fernandes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A urgência pediátrica de Viseu, pela primeira vez na sua história, fechou as portas na noite de 1 de março de 2024. Toda a população foi surpreendida, mas esta crise resultou de anos de inação, desvalorização e ausência de estratégia perante a escassez de pediatras, com saídas para o setor privado e reformas.

A petição que discutimos hoje resulta deste cenário. Foi entregue em julho de 2024, e os petiçãoários foram ouvidos na Comissão de Saúde em outubro. Mas entre a compreensível indignação da população e o debate de hoje, houve ação e houve resultados.

A Sr.<sup>a</sup> **Dulcineia Catarina Moura** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Fernandes** (PSD): — Hoje, e desde outubro, ao abriremos o *site* do SNS e ao procurarmos as escalas de urgência, verificamos, com muita satisfação: ULS de Viseu Dão-Lafões, urgência pediátrica, aberta diariamente, das 0 horas às 24 horas.

*Aplausos do PSD.*

O que hoje discutimos é a resposta do SNS, mas é também o retrato das políticas dos últimos anos. Não podemos aceitar que os mesmos partidos que se calaram durante a governação que incorreu no agravamento progressivo desta situação venham agora, com discursos redentores, apresentar-se como os salvadores da urgência pediátrica do hospital de Viseu, ao apresentarem iniciativas legislativas e recomendações ao Governo.

*Aplausos do PSD.*

Agora, alguns que perceberam que a urgência reabriu, recomendam as condições necessárias para que permaneça aberta.

A verdade é que foi o atual Governo da AD, em articulação com o novo conselho de administração, que restabeleceu o funcionamento da urgência pediátrica nas 24 horas, e fê-lo com medidas muito concretas: entrada em funcionamento da referenciação de todos os episódios de urgência; contratação de pediatras em prestação de serviço em condições mais atrativas; acordos com privados para alívio da pressão nos casos menos urgentes; alargamento dos horários do centro de saúde. Em suma, uma verdadeira integração do hospital, cuidados de saúde primários, SNS 24 e INEM.

Mas nada disso teria sido possível sem aquilo que foi fundamental: o envolvimento da equipa de pediatria que, mesmo sob forte sobrecarga, manteve o serviço de pé. Este esforço é que deve ser reconhecido e corresponde ao que o PSD mais valoriza — responsabilidade, competência e compromisso com as pessoas.

Sabemos que o trabalho está longe de estar terminado. O futuro também depende da viabilização do Centro de Responsabilidade Integrado de pediatria. O PSD, ao contrário de alguns partidos de oposição, está muito consciente disso e acompanha, juntamente com o Governo, as expectativas desta equipa. Queremos que Viseu seja piloto, seja exemplo e nunca mais volte a ficar para trás.

Não posso deixar de saudar o movimento cívico e os peticionários que deram visibilidade a esta causa, mas, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a pergunta é simples: onde estavam as recomendações ao Governo quando os concursos começavam a ficar desertos e as equipas de pediatria perdiam os seus profissionais?

O PSD nunca se apresentou...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Tilly, do Chega. Tem 2 minutos e 30 segundos, faça favor.

O Sr. **João Tilly** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Dirijo uma saudação aos peticionários deste tema tão importante, em Viseu e no interior.

Mas, ao contrário do que eu tenho ouvido aqui, e desta última intervenção, isso não é exatamente o que se está a passar em Viseu, não é urgências abertas das 0 horas às 24 horas. Podem consultar o *site*, que está lá tudo explicadinho. O que têm de fazer é ligar para a linha SNS 24, e depois serão encaminhados.

*Protestos da Deputada do PS Susana Correia.*

E há três hipóteses: uma é a automedicação; a outra é o envio para um centro de saúde, que geralmente não tem médicos, pode ser em São Pedro do Sul; e o terceiro é que é para um hospital.

*Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Mas reparem que diz «um hospital», não diz «hospital de Viseu». Agradecia que confirmassem isso.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Tilly** (CH): — Bom, de qualquer maneira, este serviço é um serviço nem-nem. Realmente não se pode dizer que as urgências estão fechadas, porque, em alguns casos, elas estarão abertas, mas esses casos são aqueles que o enfermeiro, que está do outro lado da linha SNS 24, decidir.

Por exemplo, se tiver uma criança com 5, 6 ou 7 meses a chorar, como é que vamos dizer qual é a sintomatologia? Não se sabe, não é? Como é que se vai fazer isso? Estamos a substituir uma consulta por uma chamada telefónica.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Tilly** (CH): — Isso não me parece que seja correto. Com esse sistema nem-nem, a probabilidade de uma urgência mesmo é de um terço, uma vez que há três hipóteses e só uma é que vai ser decidida pelo Sr. Enfermeiro do lado de lá. Pode ter muito boa intenção, mas não sabe o que se está a passar, não é?

Pode haver um erro de diagnóstico também, à distância. Com este estratagema, como acabei de dizer, realmente o Governo pode dizer, até certo ponto, que a urgência não está fechada, mas também não pode garantir que está aberta. É o tal sistema nem-nem,...

*Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

... porque os senhores têm de ligar sempre para o SNS 24 e esperar a resposta do lado lá. E, atenção, às vezes têm de ligar quatro e cinco vezes e a chamada também cai quatro ou cinco vezes durante esse dia. Isso ninguém explica.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **João Tilly** (CH): — Basicamente, no caso de ser decidido levar a criança para «um» hospital — repito, «um», que é o que lá está —, essas ambulâncias podem ser do INEM, mas se não houver ambulâncias do INEM, que sabemos que há poucas, podem ser dos bombeiros voluntários, que ainda têm menos. Ou seja, as ambulâncias não faltam, o que falta é quem as conduza, o que falta são motoristas. O que mais há são ambulâncias paradas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **João Tilly** (CH): — Portanto, também temos de ver essa situação. E depois há outro problema: o regresso da criança é sempre resolvido com os pais. A ambulância que leva para o hospital não traz. Agora também mudou isso, não sei se sabiam.

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Não diga disparates!

O Sr. **João Tilly** (CH): — Bom, eu tive três filhos, nos anos 80, e a minha mulher sempre soube para onde é que devia levar as crianças e sempre soube onde é que ia ter os filhos. Hoje em dia não se sabe nada, isto é um grande retrocesso civilizacional, mas contem connosco sempre.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Armando Mourisco, do Partido Socialista. Dispõe de 2 minutos e 30 segundos.

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Caros Peticionários, a quem saúdo: O Centro Hospitalar Tondela-Viseu viu a sua urgência pediátrica encerrada durante alguns meses. Os utentes, crianças e jovens da área de abrangência dos 14 concelhos servidos por esse centro hospitalar, viram-se, assim, impedidos do acesso a esse serviço, com todas as inconveniências daí resultantes, socorrendo-se do Centro Hospitalar de Coimbra, a 90 km de distância.

Resultaram daí riscos para a saúde das crianças e jovens que necessitaram destes cuidados. É facto que estes constrangimentos hoje estão ultrapassados, mas não nos deve sossegar. Há alertas sucessivos de problemas no funcionamento do Serviço Nacional de Saúde, aparentemente sem solução à vista, que devem a todos preocupar e manter em estado de atenção constante.

A falta de médicos de família continua a existir para muitos milhares de portugueses, situação que também se verifica em Viseu, onde posso referenciar, até, o concelho de Cinfães, de onde sou oriundo.

A Sr.<sup>a</sup> **Susana Correia** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Conheço bem esse concelho!

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — O encerramento das urgências de ginecologia/obstetrícia e as consequências graves daí resultantes, os casos trágicos de que todos temos conhecimento, são uma realidade. A crise do INEM e a falha no concurso do helitransporte, apesar dos alertas do Tribunal de Contas, do próprio INEM e da Força Aérea, são associados a casos trágicos existentes. Viseu perdeu também, pelo menos por enquanto, o helitransporte que aí se situava.

Todos os dias, cidadãs e cidadãos do nosso distrito e do nosso País queixam-se da longa espera para as consultas de especialidade e cirurgias programadas.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, passaram 16 meses desde que o Governo da AD foi eleito pela primeira vez. Há uma questão que quero levantar: de quanto tempo mais precisam para continuarem a desculpar-se com a herança recebida?

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Estão à espera de ficar 10 anos!

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, exige-se, pois, o reforço dos recursos existentes, de forma a satisfazer as necessidades dos cidadãos. Precisa-se de mais e melhores serviços de proximidade, garantindo que no interior se tem acesso à mesma resposta do cuidado.

Exige-se a reposição imediata do helitransporte no distrito de Viseu e precisa-se, sobretudo, de um planeamento atempado e da adoção de medidas necessárias para que o encerramento das urgências pediátricas, e de outras urgências, não volte a acontecer e se garanta o normal funcionamento dos serviços.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Está terminado este ponto da ordem de dia.

Vamos para o terceiro ponto da ordem do dia, com a discussão da Petição n.º 115/XIV/1.<sup>a</sup> (Associação de Lesados em Obrigações e Produtos Estruturados – ALOPE) — Para controlo, revisão e criação de legislação que salvaguarde os direitos dos investidores não qualificados no âmbito da comercialização de produtos financeiros pelas instituições bancárias, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 113/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Adota normas de proteção dos investidores não profissionais no âmbito da comercialização de produtos financeiros e 121/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Proteção de aforradores e investidores não qualificados e com o Projeto de Resolução n.º 156/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda o reforço da proteção de investidores não profissionais.

Para uma primeira intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos Pereira, do Partido Socialista. Dispõe de 3 minutos e 30 segundos.

*Burburinho na Sala.*

Peço só um segundo para ver se temos condições...

*Pausa.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Livre, se estivesse cá à frente, podia falar!

*Continuação de burburinho na Sala.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, queria dar a palavra ao Sr. Deputado para usar da sua palavra...

*Pausa.*

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, antes de mais, deixo um cumprimento aos petiçãoários e um agradecimento pela resiliência.

Queria começar por dizer que Portugal não pode ser um país de produtos financeiros complexos, muitas vezes até criativos, e, ao mesmo tempo, uma espécie de inferno para os pequenos investidores e investidores não profissionais.

Portanto, nessa linha de pensamento, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista preparou um diploma que visa assegurar três questões fundamentais no quadro desta temática que estamos hoje a discutir: em primeiro lugar, mais proteção para os investidores; em segundo lugar, mais mediação; e, em terceiro lugar, mais literacia financeira.

Faz-se este diploma, e conduz-se neste sentido, porque entendemos que quem investe, seja grande ou pequeno investidor, ou seja não profissional, deve ser protegido. Deve ser protegido e não pode estar a ser castigado por não ter essa proteção do Estado.

Existem, no fundo, do nosso ponto de vista, cinco razões políticas que levam à apresentação do projeto de lei do Partido Socialista.

Em primeiro lugar, um alinhamento com o interesse público, de acordo, aliás, com o artigo 81.º da Constituição, de que é preciso reforçar a proteção do consumidor. Também, ainda no que diz respeito ao alinhamento com o interesse público, o artigo 101.º determina a proteção das poupanças dos investidores.

Em segundo lugar, a necessidade de mais justiça e mais confiança para os mais vulneráveis. Se queremos que todos invistam, que haja aplicações baseando-se na poupança desses investidores, é preciso que eles tenham mais confiança e que estejam mais salvaguardados.

Em terceiro lugar, é uma proposta que também visa, de alguma maneira, prevenir crises. Temos perfeita consciência do que aconteceu no passado e, portanto, esta proposta pretende também dar um contributo para essa matéria.

Em quarto lugar, fazer algo que me parece muito importante, que é aproximar o cidadão do Estado. Na verdade, também sabemos isto, quando o sistema falha, quem paga são os mais vulneráveis, e quanto mais próximos os mais vulneráveis estiverem do Estado mais fácil é prevenir essas matérias.

Em quinto lugar, colocar a literacia financeira no centro da proteção do consumidor. É muito importante que o consumidor esteja informado, e isso significa ser pró-ativo relativamente a esta matéria.

Portanto, é com base neste enquadramento político que esta proposta introduz três vetores que, do nosso ponto de vista, são muito importantes.

Em primeiro lugar, reforçar a compensação, aumentando, basicamente, o limite de indemnização de 25 000 € para 50 000 €.

Em segundo lugar, reforçar a mediação financeira — no fundo, um novo modelo mais célere e mais transparente.

Em terceiro lugar, alargar o papel do mediador de crédito, passando a intervir para além das questões relacionadas com o crédito e garantindo intervenções, por exemplo, em situações mais complexas, como é o caso de aplicações mais estruturadas.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua do Bloco de Esquerda. Tem 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, ao longo de várias comissões de inquérito sobre o sistema financeiro fomos detetando problemas recorrentes que nunca foram inteiramente refletidos nem resolvidos na legislação que regula a emissão de produtos financeiros.

Uma vez, encontrei um casal de lesados emigrantes, idosos, da Venezuela, que tinham comprado uma *tranche* sénior emitida por um veículo num *offshore* que era indiretamente relacionado com o Grupo Espírito Santo. Achava esse casal, quando falou connosco, que a palavra «sénior» da *tranche* que eles compraram queria dizer que era um produto dirigido a idosos.

Este é o nível de desinformação e de desigualdade no acesso à informação entre quem investe e quem vende os produtos. O que aconteceu sistematicamente nas crises bancárias foi que quem vendeu os produtos não foi claro — e a lei permitia que não fosse claro — quanto às características dos produtos que estava a vender.

Há, na nossa opinião, duas questões que são essenciais.

Primeira, não deve haver uma relação entre o banco que vende os produtos e os produtos que são vendidos, porque há um óbvio incentivo para um banco que tem participações noutras empresas, ou que faz parte de um outro grupo, querer vender títulos de dívida que são emitidos por essas empresas. Deve-se separar as coisas: se o produto é bom, é vendido no mercado, não tem de ser o próprio banco a vendê-lo.

Segunda, todas as ofertas de produtos para investidores não qualificados têm de cumprir as regras de ofertas públicas, não podem ser ofertas privadas. O que acontece depois é que são emitidas sempre abaixo do limite para nunca serem consideradas ofertas públicas e não cumprirem critérios de transparência e de informação.

Estas são duas propostas que trazemos a debate. Elas já vêm tarde e resultam diretamente daquilo que vimos ao longo dos anos em Portugal.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre. Tem 3 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Caros Peticionários: No Livre, temos uma ideia simples, mas essencial. A literacia financeira não pode ser um luxo nem uma responsabilidade deixada ao indivíduo, é um imperativo público e coletivo.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — A sério?!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — Num sistema cada vez mais digital e complexo, quem não domina as regras fica para trás, e quem fica para trás são sempre os mesmos: os muito mais jovens, os mais velhos, quem tem menos rendimentos ou menos acesso à informação.

Isto não é justo e não pode continuar assim. O Estado tem o dever de proteger e de garantir que todos jogam com as mesmas regras. Quando deixamos que o sistema financeiro funcione apenas para quem o entende, estamos a aceitar que muitos fiquem em desvantagem à partida. Não estamos a falar, porém, de paternalismo, estamos a falar de justiça.

Por isso, o Livre defende medidas claras: mais apoio, mais informação acessível, mais proteção.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Literacia financeira é que não pode ser!...

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — Defendemos o reforço dos meios de resolução alternativa de litígios, que são mecanismos que ajudam quem é lesado nos mercados financeiros, e defendemos também que sejam

formados mediadores especializados, que saibam realmente ajudar, que estejam preparados para lidar com conflitos financeiros e que respondam às pessoas com seriedade.

A maioria dos pequenos investidores não tem formação em finanças, Srs. Deputados, e não tem de ter. Não é justo esperar que tenham o mesmo discernimento do investidor profissional, mas é justo garantir que estão protegidos e que não são enganados nem colocados em risco por falta de informação ou por campanhas pouco transparentes, como a que acabámos de ouvir.

O que propomos é muito simples: regras claras, informação para todos e um sistema que funcione com justiça. Democratizar o acesso aos mercados financeiros sem garantias nem proteção é como abrir uma porta e deixar cair quem não sabe o que está do outro lado. Isso, Srs. Deputados, não é progresso, é abandono.

No Livre, acreditamos noutra forma de fazer política, uma que protege, que informa e que cuida, porque cuidarmos uns dos outros também é garantir que ninguém é deixado para trás no acesso ao sistema financeiro.

*Aplausos do L e do Deputado do PS Miguel Matos.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP. Tem 1 minuto.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Hoje, discutimos uma petição que traz ao Parlamento um problema gravíssimo e que não pode continuar a ser ignorado. Há milhares de cidadãos que foram lesados pela venda de produtos financeiros altamente complexos.

Estes produtos foram comercializados a pequenos investidores sem informação clara sobre os riscos que corriam. E o resultado? Perderam praticamente todo o dinheiro investido, num processo marcado por falta de transparência e deficiente supervisão.

É, por isso, urgente garantir maior proteção ao investidor de retalho. Precisamos de criar um provedor de investidores, instituir a arbitragem obrigatória em conflitos financeiros e criar centros de arbitragem especializados para evitar que estas pessoas tenham de enfrentar uma justiça lenta, cara e desajustada à realidade dos mercados financeiros.

O sistema financeiro não pode ser um jogo onde o cidadão comum é sempre quem perde. Por isso, vamos apoiar as iniciativas que se associaram a esta petição.

*Aplausos do L e do Deputado do PS Miguel Matos.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal. Tem 2 minutos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Antes de mais, quero saudar os peticionários, porque este é um tema relevante.

Mas é importante, neste debate, diferenciar aquilo que é fraude daquilo que é falta de informação sobre um produto financeiro. Se for fraude, deve ser dirimida nos tribunais, como aconteceu com o papel comercial dos BES (Banco Espírito Santo), com os lesados do BES, em que lhes foi vendido um produto que foi publicitado como tendo proteção de um fundo de garantia, quando tinha do próprio capital do banco, que era exíguo, como bem sabemos. É um caso judicial. Já outra questão é a falta de informação. Isso resolve-se como? Com mais informação, com mais transparência, com mais literacia financeira — literacia financeira que a esquerda, em bloco, se uniu para votar contra!

A esquerda, que hoje se apresenta aqui na defesa dos investidores, disse há poucos meses que não era necessário qualquer tipo de literacia financeira, que não lhes fazia falta nenhuma, porque agora vem aqui o Estado-papá que os infantiliza para cuidar deles.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Não é verdade! Está a mentir com todos os dentes!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Portanto, o que temos de resolver é precisamente esta falta de informação, que se resolve, precisamente, com literacia financeira. E essa literacia financeira passa por informar as pessoas, é verdade, e simplificar-lhes a vida.

O que tenho aqui é uma folha de informação normalizada para um depósito a prazo que está coberto pelo fundo de garantia, portanto, é um produto de baixo risco.

*O orador exibiu o documento que mencionou.*

Estamos a falar de quatro páginas com referências a leis e decretos-lei, com termos como «taxa anual nominal líquida», «taxa anual nominal bruta» ou «TAEG» (taxa anual de encargos efetiva global) que a maior parte das pessoas, por não terem literacia financeira, não percebem.

*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

O que temos de fazer é um sistema simplificado, por exemplo, com semáforos, em que, de uma forma simples e clara, se classifique o tipo de produtos. Assim, cada um, em função do seu conhecimento, pode saber se deve investir nele ou não.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Já existem os questionários!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Finalmente, em relação à proposta do Bloco, o que ela faz não é proteger os investidores, é, no fundo, infantilizá-los, é limitar ainda mais o mercado de capitais dizendo: bem, não podem investir, eventualmente, em *startups* ou empresas que possam ter futuro. Isto é afunilar os mercados financeiros e devolvê-los à Idade Média, o que não resolve problema nenhum.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP. Tem 2 minutos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, começo, também, por saudar os autores desta petição.

Hoje, discutimos uma petição que visa reforçar a proteção dos investidores não qualificados na comercialização de produtos financeiros. Este é um tema sério, exige rigor técnico, sólidos conhecimentos jurídicos e responsabilidade legislativa.

Garantir a segurança dos investidores é, desde logo, defender um mercado de capitais livre e equilibrado e defender uma concorrência justa, designadamente no equilíbrio da informação. Não é dar borlas nem socializar prejuízos, como pretendem, às vezes, alguns partidos mais à esquerda.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Aliás, as propostas que são apresentadas por partidos mais à esquerda neste debate demonstram uma abordagem absolutamente descontextualizada da realidade jurídica e da realidade prática, ignorando olímpicamente que o atual quadro legal europeu e nacional já regula exaustivamente estas matérias.

Em vez de acrescentar alguma coisa, as propostas que são apresentadas trazem soluções redundantes ou então soluções que são uma violação grosseira do direito europeu e nacional.

Algumas propõem proibições amplas de operações financeiras absolutamente legítimas, que, se fossem aprovadas, levariam a sérios problemas de distorção da concorrência...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... e mesmo soluções que violariam o direito europeu e nacional.

Outras pretendem tornar rígidos mecanismos alternativos de resolução de conflitos, que funcionam precisamente por serem flexíveis.

E há ainda outras propostas que, apesar de juridicamente inócuas, são politicamente vazias.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, proteger os investidores e a estabilidade do sistema financeiro exige propostas sérias, equilibradas e que sejam conformes com o quadro europeu e nacional.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Este é um tema demasiado sério para ser tratado com propostas de algibeira de natureza populista. Por isso, obviamente, votaremos contra este tipo de propostas.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Ribeiro, do Chega. Tem 2 minutos e 30 segundos.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, dirijo um agradecimento especial à Associação de Lesados em Obrigações e Produtos Estruturados, a ALOPE, e a todos os peticionários pela iniciativa cívica de apresentação desta petição que aqui discutimos hoje.

Em segundo lugar, deixo um pedido de desculpas a estes peticionários pela demora na discussão desta petição, pois, recorro, deu entrada nesta Assembleia da República a 27 de julho de 2020. Faz, dentro de 10 dias, cinco anos, situação que nos devia envergonhar a todos e fazer refletir sobre o nosso processo legislativo.

*Aplausos do CH.*

Esta petição espelha bem a importância que a literacia financeira — ou, neste caso, a falta dela — tem na nossa população, tema que o Chega tem trazido a debate inúmeras vezes e que deveria ter um papel muito mais importante nos currículos escolares das nossas crianças e jovens, e até mesmo na formação da população adulta.

No entanto, não vamos enveredar pelo caminho da extrema-esquerda, que diaboliza os mercados financeiros. Esta situação que hoje aqui discutimos é um caso de polícia, é matéria criminal agravada pela lentidão do nosso sistema judicial e regulador, aliás, como vários pareceres referem, «num setor que funciona a uma velocidade alucinante». Não tenhamos ilusões, o Estado falhou a estes cidadãos no seu papel regulador e policiador do mercado.

Por outro lado, não podemos criar na população um receio desmesurado de poderem, de forma responsável, aplicar as suas poupanças em instrumentos financeiros adequados às suas diversificações, ao seu património, ao grau de risco e à rentabilidade que, de forma consciente e informada, pretendam ter. É que se usarem o Karl, o porquinho-mealheiro da Iniciativa Liberal, a cada dia que passa as suas poupanças vão desvalorizando.

Estes peticionários e todos os lesados de aplicações financeiras fraudulentas em que os Estado lhes falhou e não cumpriu o seu papel de regulador têm o total apoio do Chega no sentido de mitigar as suas perdas e legislar para que situações vergonhosas como estas não voltem a ocorrer.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP. Tem 2 minutos.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PCP saúda os milhares de cidadãos que dirigiram a esta Assembleia a petição que hoje apreciamos e que aqui entrou há já cinco anos.

Desde então, não mudaram os fundamentos nem os aspetos centrais apresentados pelos peticionários: o sistema financeiro está capturado por grupos económicos comandados e ao serviço de capital estrangeiro e tem sido palco de alguns dos maiores escândalos.

Do BPP (Banco Privado Português) ao Banif (Banco Internacional do Funchal, SA), do BPN (Banco Português de Negócios) à PT (Portugal Telecom), até ao colapso do BES, os portugueses sabem o que significa a gestão privada destes grupos estratégicos, onde impera a especulação, o crime de colarinho branco e a usurpação de recursos nacionais com a conivência do poder político. O País conhece bem as consequências da crescente financeirização da economia, agravadas pela captura dos reguladores pelos regulados.

O PCP não inviabilizará nenhuma das iniciativas em discussão sobre mecanismos de proteção dos pequenos investidores, mas reafirma que não há mercado de capitais viável, confiável ou seguro enquanto estiver dominado pelos monopólios e pelo capital estrangeiro ou enquanto o Estado o deixar em rédea solta, permitindo que produza o que sabe produzir — injustiças e desigualdades, corrupção e captura do poder político pelo poder económico.

Estes produtos financeiros complexos, como o caso BES/GES (Grupo Espírito Santo) mostrou, não devem ser vendidos aos balcões dos bancos. São necessárias soluções eficazes.

O controlo público sobre a banca, colocando-a ao serviço do povo e do desenvolvimento do País, é cada vez mais uma exigência do nosso tempo e uma condição necessária para alavancar a economia nacional, promover e dar utilidade às pequenas poupanças, afirmar a soberania e a independência nacional.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Pedro Coelho, do PSD, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Pedro Coelho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Aproveitando para cumprimentar os peticionários, começo por dizer que temos hoje em discussão uma petição na Assembleia da República em que o primeiro peticionário é a ALOPE.

A ALOPE é uma associação de lesados que subscreveram no passado produtos financeiros complexos, cujo ativo principal era a Portugal Telecom, e que não foram reembolsados pelos vários milhões de euros contratualizados com a PT.

Todos eles são, em regra, pequenos aforradores, investidores não qualificados que se sentem enganados pelas instituições financeiras a quem confiaram, no passado, as suas poupanças. Além disso, entendem que a legislação portuguesa tem lacunas nesta matéria no que concerne a um investidor não profissional.

Também destaco o facto de a literacia financeira ser muito reduzida em Portugal e de recaírem sobre as instituições intermediárias desses produtos responsabilidades legais acrescidas, alegadamente nem sempre cumpridas.

Ao ouvir os partidos falar de literacia financeira, é bom que se diga que foi este Governo da AD que, pela primeira vez, introduziu na disciplina de Cidadania — para o próximo ano letivo, 2025-2026 — conteúdos de literacia financeira.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Já estava no programa!

O Sr. **Pedro Coelho** (PSD): — E no passado muitos partidos não nos apoiaram nesta matéria.

*Aplausos do PSD.*

Estes peticionários têm dois planos de intervenção: o plano da prevenção e o plano da fiscalização. Neste segundo plano, há ainda a dimensão da forma de reagir se essas obrigações legais das instituições financeiras não forem cumpridas.

Além disso, foi feito um conjunto de sugestões, nomeadamente a criação de um provedor de investimento.

Gostaria de sublinhar que o Ministro das Finanças do anterior Governo socialista já deu parecer a esta petição em 2023. Da análise técnica feita à petição, na altura, o ministro disse que, em traços gerais, a legislação nacional em vigor já previa o tratamento destas situações, no que concerne à supervisão e à resolução de conflitos, e que a criação de um regime de arbitragem deveria ser precedida de uma adequada reflexão sobre a sua implementação.

Quanto aos outros projetos de lei e projetos de resolução hoje em análise, diria que nenhum deles apresenta fundamentação técnica ou financeira. Uns estabelecem proibições, como é o caso da iniciativa do Bloco de Esquerda, criando mais obstáculos, e todos estão desalinhados, como já referiu o Sr. Deputado Paulo Nuncio, com o quadro europeu e com o normativo legal em Portugal. Por isso, nessa linha, há apoios à supervisão e há também regras para resolução extrajudicial de conflitos entre investidores não qualificados.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, que dispõe de 35 segundos, mais os 15 segundos de tolerância, como é óbvio.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas: Se queremos mesmo fazer justiça aos petionários que todos saudamos aqui, é preciso entender que ter literacia financeira é bom, mas não é o suficiente para as pessoas estarem protegidas contra estes golpes.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Então, porque é que votaram contra?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É que até o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes nos mostrou quatro páginas de jargão financeiro com remissão para a legislação. Portanto, era preciso a pessoa ter literacia financeira e mais um doutoramento em Direito ou um advogado ao lado.

Podemos dizer simplesmente que transparência e informação bastam, mas sabemos que não é assim. É preciso regular o mercado para que, entre o mais forte e o mais fraco, o mais fraco tenha alguma proteção.

Como tal, sugerimos mecanismos alternativos de resolução de disputas e mediadores. E que isso seja apresentado pela direita como um sinal de um terrível esquerdismo demonstra, de facto, que nesta batalha entre mais forte e mais fraco estão sempre do lado do mais forte.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Gostaria de começar por cumprimentar a Associação de Lesados em Obrigações e Produtos Estruturados por trazer a debate esta importante petição, e, desde já, por lamentar que a Assembleia tenha demorado cinco anos a discutir esta matéria em Plenário.

Se é verdade que há mais de uma década que o Banco de Portugal reconhece a baixa literacia financeira da população portuguesa, não é menos verdade que existem lacunas na proteção dos investidores não profissionais. Daí não compreendermos o preconceito ideológico de algumas intervenções que aqui foram feitas para que as pessoas que querem investir em produtos financeiros possam também estar protegidas e haver um regime jurídico mais claro nesta matéria, tal qual como várias entidades reconheceram. Nesse sentido, vamos acompanhar as propostas que foram trazidas a este debate.

Realço também aquilo que é especialmente importante, o alargamento do âmbito do mediador de crédito e o reforço das competências da CMVM (Comissão do Mercado de Valores Mobiliários), que nos parece ser um caminho importante para protegermos os investidores com baixa literacia financeira. É que não basta reconhecer a sua existência, é preciso também criar mecanismos legais para os proteger.

O Sr. **Presidente**: — Com isto, terminamos este terceiro ponto da ordem do dia, seguindo-se, no quarto ponto, as votações regimentais.

Enquanto os Srs. Deputados se vão registando, para podermos apurar o quórum, partilho com a Câmara a informação que acabei de receber de que faleceu o antigo Deputado do Partido Socialista José Junqueiro, com quem também tive o privilégio de ser Deputado noutras legislaturas.

Não queria deixar de assinalar as condolências ao Partido Socialista e à família. Estou certo de que expresso o sentimento de toda a Assembleia prestando esta homenagem, neste momento, no último dia de uma sessão

normal. Deixo, portanto, esta nota de respeito e homenagem ao Sr. Deputado José Junqueiro, do Partido Socialista, com os meus sentimentos.

*Pausa.*

Se, entretanto, alguma Sr.<sup>a</sup> Deputada ou algum Sr. Deputado não tiver conseguido registar-se, peço o favor de o anunciarem à Mesa.

*Pausa.*

A Sr.<sup>a</sup> **Júlia Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, Júlia Rodrigues, do Partido Socialista.

A Sr.<sup>a</sup> **Eva Cruzeiro** (PS): — Sr. Presidente, Eva Cruzeiro.

O Sr. **Presidente**: — Ficam registadas, Sr.<sup>as</sup> Deputadas.

A Mesa regista ainda a inscrição, para efeitos de quórum, dos Srs. Deputados Manuel Magno, do Chega, Jorge Pinto, do Livre, e Bárbara do Amaral Correia, do PSD.

Pedia aos Srs. Deputados que tentássemos, sem atropelos, mas com a máxima eficiência, votar o guião de votações sem retardar muito a nossa reunião plenária, porque temos um almoço de final de sessão legislativa na Presidência da República.

Pergunto se mais alguma Sr.<sup>a</sup> Deputada ou Sr. Deputado teve dificuldade em registar-se.

*Pausa.*

Peço, então, aos serviços para fecharem o sistema e mostrarem o quórum.

Com 212 Srs. Deputados presentes, temos condições para passar às votações regimentais, pelo que peço a atenção de todos os Srs. Deputados.

Começamos pelo Projeto de Voto n.º 75/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto) — De pesar pelo falecimento de Luís Jardim. Peço ao Sr. Deputado Secretário Francisco Figueira o favor de o ler.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Faleceu no dia 4 de julho de 2025, data em que completava 75 anos, o músico, produtor e percussionista madeirense Luís Alberto Figueira Gonçalves Jardim.

Natural do Funchal, onde nasceu em 1950, Luís Jardim iniciou o seu percurso musical na juventude, integrando bandas locais como os Demónios Negros. Mudou-se depois para o Reino Unido, onde estudou Administração Comercial e desenvolveu uma impressionante carreira na cena musical britânica e internacional, tendo colaborado com artistas de renome como Tina Turner, George Michael, Elton John, Rolling Stones, Seal, Cher, Mariah Carey, Diana Ross, Celine Dion ou Tom Jones, entre muitos outros. Com o grupo Rouge, vendeu milhões de discos e participou em bandas sonoras de filmes como *Gladiador* e *Um Peixe Chamado Wanda*.

Em Portugal, contribuiu para a produção musical de vários intérpretes e grupos nacionais, entre os quais Rui Veloso e João Pedro Pais, e tornou-se uma figura próxima do público português pela sua participação como jurado em programas televisivos como *Ídolos*, *A Tua Cara não Me É Estranha* ou *Uma Canção para Ti*, onde revelou humor, empatia e um vasto conhecimento musical.

Luís Jardim destacou-se também pelo seu espírito generoso, pela ligação à Madeira e pela capacidade de unir mundos musicais distintos com versatilidade, simplicidade e paixão.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Luís Jardim, endereçando à sua família, amigos e à comunidade musical sentidas condolências e reconhecendo o extraordinário contributo deste músico ímpar para a cultura nacional e para a projeção internacional da música feita em Portugal.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.*

Srs. Deputados, segue-se a votação do Projeto de Voto n.º 76/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de António José Bastos Leitão, que vai ser lido pela Sr.<sup>a</sup> Secretária Joana Lima.

A Sr.<sup>a</sup> **Secretária** (Joana Lima): — Sr. Presidente, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Faleceu, no passado dia 9 de julho, António José Bastos Leitão, aos 79 anos, figura marcante da vida autárquica e cívica do concelho do Crato e do Alto Alentejo.

Natural do concelho que viria a liderar, António Bastos Leitão desempenhou um papel decisivo no processo de afirmação democrática local após o 25 de Abril, tendo sido o primeiro presidente da Assembleia Municipal do Crato, entre 1976 e 1979, e, posteriormente, presidente da Câmara Municipal, entre 1982 e 1993, eleito pelo Partido Socialista para três mandatos consecutivos.

Destacou-se pela sua ação determinada na melhoria das condições de vida das populações, com especial enfoque na expansão dos serviços essenciais, como a água canalizada e o saneamento básico, revelando uma visão estruturante do território. Lançou as bases de equipamentos públicos e impulsionou o desenvolvimento local através da promoção cultural e turística, tendo criado, em 1986, a Feira de Artesanato e Gastronomia do Crato, hoje reconhecida nacionalmente como o Festival do Crato, um dos mais relevantes eventos culturais do Alentejo.

António Bastos Leitão foi também adjunto do Governador Civil de Portalegre durante uma década, função que exerceu com reconhecida dedicação e espírito de serviço público. A sua intervenção política e cívica foi marcada por um profundo respeito pela democracia, por uma postura de diálogo e por um forte sentido de justiça social, valores que lhe granjearam o apreço transversal da população e dos seus pares.

Em reconhecimento da sua entrega à causa pública e do legado que deixou ao serviço da sua terra, foi-lhe atribuída a Medalha de Ouro do Município do Crato.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, expressa o seu pesar pelo falecimento de António José Leitão, homenageando a sua vida ao serviço da causa pública e de compromisso com o desenvolvimento do concelho do Crato e da região, endereçando à família enlutada, aos amigos e a toda a população do Crato as mais sentidas condolências.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.*

Srs. Deputados, na sequência das votações a que acabámos de proceder, vamos guardar 1 minuto de silêncio.

*A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.*

Vamos agora votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 142/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela preservação e salvaguarda da Quinta dos Ingleses e pela criação de um mecanismo destinado a apoiar os municípios na aquisição e preservação de espaços verdes de elevado valor ambiental e natural.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.*

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 153/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a proteção, valorização e classificação da Quinta dos Ingleses como paisagem protegida.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.*

Proseguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 159/XVII/1.ª (BE) — Recomenda a defesa do património ambiental e a classificação da Quinta dos Ingleses (Cascais) como «Paisagem Protegida».

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.*

Votamos, de seguida, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 167/XVII/1.ª (CH) — Pela preservação responsável, valorização ecológica e transparência na gestão da Quinta dos Ingleses.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do PAN e do JPP e as abstenções do L, do PCP e do BE.*

Colocamos agora à votação, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 144/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que assegure o funcionamento permanente da urgência pediátrica da Unidade Local de Saúde Viseu Dão-Lafões.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD e do CDS-PP.*

Este projeto de resolução baixa à 9.ª Comissão.

De seguida, vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 154/XVII/1.ª (L) — Recomenda o reforço dos cuidados pediátricos no Serviço Nacional de Saúde.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.*

Este projeto de resolução baixa à 9.ª Comissão.

Passamos à votação, também na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 165/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que garanta o funcionamento da urgência pediátrica da ULS de Viseu Dão-Lafões de forma permanente.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PSD.*

Este projeto de resolução baixa à 9.ª Comissão.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 170/XVII/1.ª (PCP) — Garantir o funcionamento regular e permanente da urgência pediátrica da Unidade Local de Saúde de Viseu Dão-Lafões.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD e do CDS-PP.*

Este projeto de resolução baixa à 9.ª Comissão.

Vamos agora votar, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 113/XVII/1.ª (PS) — Adota normas de proteção dos investidores não profissionais no âmbito da comercialização de produtos financeiros.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH, da IL e do PCP.*

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 121/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Proteção de aforradores e investidores não qualificados.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.*

Passamos à votação do Projeto de Resolução n.º 156/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda o reforço da proteção de investidores não profissionais.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções da IL e do PCP.*

Prosseguimos com a votação do Projeto de Resolução n.º 115/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Estender a aplicação do IVA mínimo para a aquisição e manutenção dos equipamentos de produção energética renovável.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD e do CDS-PP.*

Vamos agora votar um requerimento, apresentado pelo PS, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 4/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Votamos, de seguida, um requerimento, apresentado pelo PSD, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade do texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à Proposta de Lei n.º 4/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Vamos agora passar ao debate e respetiva votação na especialidade, constante do Guião Suplementar I, referente ao texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à Proposta de Lei n.º 4/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

Sobre esta matéria, cada grupo parlamentar dispõe de 2 minutos de intervenção.

Em primeiro lugar, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sofia Pereira, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Falar do prémio salarial jovem é falar de justiça. É falar de um país que devia reconhecer quem estuda, quem trabalha, quem fica no nosso País.

Trata-se de uma medida que devolve até 5000 € aos jovens qualificados e que ajudou mais de 96 000 jovens, que beneficiaram dela em 2024. Mas, em 2025, este Governo meteu-a numa gaveta e fechou-a à chave.

O Governo apresentou um pacote de 500 milhões de euros em IRS (imposto sobre o rendimento de pessoas singulares). O Partido Socialista não se opôs, mesmo não concordando inteiramente com o desenho da medida. E foi por isso que apresentámos uma proposta cirúrgica para repor a justiça e a verdade.

Já agora, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, sabem o que é que vai pagar esta fatura de 500 milhões do IRS? Os outros 500 milhões do prémio salarial que escolheram tirar aos jovens.

*Aplausos do PS.*

Isto é uma escolha vossa, Srs. Deputados!

*Aplausos do PS.*

Srs. Deputados, quem vai mesmo pagar a descida do IRS? Sr. Deputado André Ventura, Sr. Deputado Hugo Soares, quando ganharem mais 425 € por ano, sabem quem é que vai pagar isso? É o jovem médico no hospital público, é o enfermeiro a fazer noites, é o arquiteto a recibos verdes, é uma geração inteira a quem os Srs. Deputados estão a virar as costas!

*Aplausos do PS.*

*Protestos do CH, da IL e do CDS-PP.*

Estão mesmo a trair uma geração. Estão a vedar a esta geração a possibilidade de ter acesso a um direito que nunca lhe deveria ter sido negado, e que não foi revogado, Srs. Deputados!

*Protestos de Deputados do CH e da IL.*

Por isso, assumam de uma vez! Qual é, afinal, a vossa política para os jovens? Qual é? É isto que têm para nos apresentar?

*Protestos de Deputados do CH e da IL.*

Acabar com o prémio salarial e baixar os impostos que impactam os escalões mais elevados é uma opção política. Mas ainda vão a tempo.

Termino, apelando a que mudem de opinião. Juntem-se ao Partido Socialista e votem a nossa proposta.

*Aplausos do PS.*

Sejam corajosos e sejam consequentes. E, se não o forem, Srs. Deputados, tenham pelo menos a decência de olhar esta geração nos olhos e admitir que lhes mentiram. Sejam corajosos, Srs. Deputados!

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Matias pede a palavra para uma interpelação à Mesa?

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, é mesmo uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos para pedir ao Sr. Presidente que dê uma clarificação à Câmara e, já agora, à Sr.<sup>a</sup> Deputada, que é a líder da Juventude Socialista.

Eu sei que este momento fica muito bem para o *TikTok* e para o *Instagram*,...

**Vozes do PS**: — Oh!...

*Risos do PS, da IL e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — ... e que há uma tentativa de se chegar ao eleitorado jovem que o Chega tem nestas áreas.

*Risos de Deputados do PS, da IL e do L.*

A interpelação é a seguinte: o Sr. Presidente sabe, e muito bem...

*Protestos do PS.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Deixem falar!

O Sr. **Presidente**: — Qual é a interpelação em concreto?

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — O Sr. Presidente sabe...

*Continuação de protestos do PS.*

Estão nervosos, calma!

O Sr. Presidente e todos os serviços da Assembleia da República sabem que Deputados do Grupo Parlamentar do Chega, nomeadamente o Sr. Deputado André Ventura, abdicaram do seu aumento salarial e estão a doá-lo a uma lista de associações, que é pública e notória.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.*

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada está a fazer uma intervenção. Começou por dizer que era mesmo uma interpelação, e foi uma intervenção. Portanto, não fez uma interpelação à Mesa.

O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias pede a palavra?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, a interpelação sobre a condução dos trabalhos procura clarificar o debate e ajudá-lo a conduzir os trabalhos.

Aquilo que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sofia Pereira fez foi apenas mencionar o impacto desta medida nos bolsos do Dr. André Ventura e do Dr. Hugo Soares.

*Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não precisava de dar exemplos!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não foi para falar de matéria que tratámos na anterior Legislatura.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, agradeço que me queiram ajudar, mas devo dizer que não me ajudam; pelo contrário, dificultam-me a gestão. Portanto, se usarem a figura da interpelação exatamente para fazer uma interpelação, aí, sim, ajudam o Presidente a conduzir os trabalhos da melhor maneira possível.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr. Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Como temos dito ao longo desta discussão, as famílias portuguesas sentem todos os dias o peso de uma dura realidade, de que o dinheiro simplesmente não chega até ao fim do mês. As despesas acumulam-se, agravadas pelo aumento dos preços dos bens essenciais, das rendas, das prestações da casa, que não param de subir, e dos custos crescentes com a saúde.

Nesse sentido, o Livre concorda com a necessidade de aliviar o peso dos impostos, em particular sobre as pessoas que sentem mais esta dura realidade.

O problema com esta proposta que estamos a discutir é que não é isso que ela faz.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

Alivia um pouco, muito pouco, aqueles que mais precisam. Mas a lógica da justiça fiscal e da justiça social é aqui invertida, quando havia condições para uma descida maior dos impostos sobre os rendimentos do trabalho das pessoas e das famílias, que têm cada vez mais mês no fim do seu salário.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — Por outro lado, acompanharemos a proposta de alteração do PS, como já fizemos em sede de especialidade, de devolução das propinas, o chamado «prémio salarial», para garantir que os jovens tenham incentivo a procurar trabalho no nosso País. Isto para evitar que sejam empurrados para países onde os salários são muito melhores, sendo que em muitos desses países, e não por acaso, a carga fiscal é até maior.

Aliás, esse é um debate para fazermos com muito mais calma, e teremos de o fazer com mais tempo, aqui, no Parlamento, porque é fundamental. Espero que tenhamos oportunidades para o fazer sem ser assim, como estamos a fazer agora, em cima do joelho.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Teixeira, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, queria cumprimentá-lo a si e às Sr.<sup>as</sup> e aos Srs. Deputados. A proposta que o Chega apresentou de início permitia aliviar quem mais trabalha e quem menos recebe.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Estamos à espera para ver!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Essa foi a génese da proposta que fizemos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Veio o Partido Socialista confundir tudo na especialidade.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh!...

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Misturou alhos com bugalhos, introduzindo nesta proposta questões que não são verdadeiras.

A questão do prémio salarial não é uma matéria fiscal. Já foi amplamente discutida na Comissão de Orçamento e Finanças e é uma matéria que não pode ser considerada. Por isso, votamos contra.

Mas o que mais nos custa, Sr. Deputado, e o que mais custará aos portugueses é entender que o Partido Socialista embarcou nesta demagogia, neste populismo de misturar as coisas.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh...! Essa também é para o *TikTok*?

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Quer juntar os jovens e pôr os jovens nesta situação complicada de querer pôr as duas coisas nessa questão, e não é possível.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.*

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — É dar com uma mão e tirar com a outra!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — O Partido Socialista, Sr. Deputado Miguel Costa Matos e Sr.<sup>a</sup> Deputada Sofia Pereira, misturou as coisas,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sim, sim! Ainda tens 10 minutos para pensar!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — ... e não fez um papel bonito, para um partido que tinha aprovado essa medida para os jovens, sem coragem de vir ao Parlamento, em novembro de 2023, quando o Parlamento já estava dissolvido e estávamos prestes a ir a eleições.

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

Acho que isto é muito grave.

Temos de ter em conta que a proposta que é apresentada pelo Governo dá um acréscimo de rendimentos para os portugueses em todos os escalões, mas de forma maioritária, de 0,5 %, para aqueles que têm menos rendimentos.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — É aos jovens que vais buscar!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Mas o Chega conseguiu algo adicional. Daqui a 5 meses, esses portugueses, do 2.<sup>o</sup> ao 5.<sup>o</sup> escalão, todos os que ganham abaixo de 2000 €, vão ter mais 0,3 %.

*Aplausos do CH.*

Isso é algo que se deve ao Chega e que se deve à compreensão da proposta apresentada pela AD. Portanto, Sr. Deputado,...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Discutimos estas duas avocações, e também apresentámos uma avocação relativamente às propostas da Aliança Democrática, mas não posso deixar de ficar perplexo com as coisas que o Partido Socialista aqui veio dizer.

Vamos começar pelo início. O Partido Socialista chama a esta proposta um prémio salarial. Ora, estamos a falar da devolução de valores que não têm que ver com o rendimento do trabalho.

Portanto, primeiro ponto, chamam-lhe prémio salarial. E porque é que o fazem? Porque o Partido Socialista percebeu que tem vindo a perder, eleição após eleição, o voto dos jovens, e por isso decide enganá-los através das epígrafes das propostas que apresenta.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Paga o que deves aos jovens!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Paga o que deves, é isso!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Segundo ponto: diz que esta proposta visa salvaguardar o facto de esta medida ser cumulativa com o IRS Jovem. Ora, Srs. Deputados, ela é cumulativa! Não é preciso esta lei. Esta lei só serve para enganar as pessoas porque ela é cumulativa. Portanto, o que os senhores estão a fazer é enganar as pessoas.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vota a favor!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Terceiro ponto, que também era importante deixar claro: o Partido Socialista vem dizer agora que isto é cumulativo. Isto pode até gerar dúvidas, porque a questão que se pode colocar é: então e antes, não era cumulativo? Então e antes? As pessoas agora vão ter de devolver valores se tiverem tido o IRS Jovem?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh! 31 de maio!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Srs. Deputados, não é com foguetórios como este que vocês vão lá! Repito, não é com foguetórios. Portanto, sobre esta proposta, ela merecerá o nosso voto contra, porque não tem ponta por onde se lhe pegue.

Mas foi a AD que reduziu ou eliminou a tributação para os jovens com o IRS Jovem,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Foi a AD que pôs isto na gaveta!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... e só não fomos mais longe porque os senhores do Partido Socialista não deixaram, no último Orçamento do Estado.

Foi a AD que isentou o IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) e o imposto do selo para os jovens na compra da primeira habitação. Não foi o Partido Socialista que fez essa proposta e até disse que era contra.

Srs. Deputados, para além de tudo o que já fizemos — e tendo em conta que os senhores ainda não conseguiram atingir nem metade —, vamos reduzir agora 500 milhões no IRS e, no próximo Orçamento, vamos reduzir ainda mais entre o 2.º e o 5.º escalão para quem ganha menos. Vamos continuar a fazer essa redução. Portanto, habituem-se!

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eurico, habitua-te!

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Nuncio, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Não nos surpreendem as posições do PS sobre esta matéria.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ainda bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — O PS foi, precisamente, o partido que não incluiu uma única linha sobre a redução do IRS no último programa eleitoral. Repito, Srs. Deputados, uma única linha! Isto significa que, para o PS, o IRS, como está, está bem.

Para nós, o IRS, como está, continua a ser demais, e por isso queremos reduzir o IRS para todas as famílias.

A redução dos impostos foi assumida pela AD desde o primeiro momento. Fizemo-lo em 2024, vamos continuar a fazê-lo em 2025 e fá-lo-emos até 2029. Este é o Governo, esta é a maioria que reduz impostos. Em particular no IRS, vamos reduzir 500 milhões de euros em 2025 e 2 mil milhões de euros até 2029,...

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Retirados aos jovens!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... na sequência, aliás, do que aconteceu já no ano passado. No ano passado, a receita do IRS desceu 5 %, pela primeira vez em muitos anos.

*Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.*

Isto porquê? Porque o Estado cobrou menos 1000 milhões de euros e, por isso, as famílias ficaram com mais 1000 milhões de euros no bolso. Estado com menos receita, famílias com mais dinheiro no bolso.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Proposta do PS!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É assim que tem de ser e é assim que vai continuar a ser com a AD. Este Governo e esta maioria querem reduzir o IRS e querem aliviar fiscalmente as famílias. O PS quer manter a asfixia fiscal que resulta de oito anos de sucessivos aumentos de impostos durante os Governos socialistas.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Foi, foi!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — São duas escolhas, Srs. Deputados, e são duas escolhas que distinguem bem o que é a esquerda do que é a direita.

*Aplausos do CDS-PP.*

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — São as palmas que mereces, já viste? Tanto disparate seguido!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, há uns meses, o Chega indignava-se porque o PSD queria descer os impostos aos mais ricos e não aceitava essa proposta. Mas, também há uns meses, o PSD indignava-se com o populismo do Chega e dizia que «não é não», «nunca na vida», «nem pensar».

*Protestos de Deputados do CH e contraprotestos de Deputados do PS.*

Mas, em pouco tempo, o Chega aprova a proposta do PSD, que na verdade duplica o ganho do aumento salarial dos Deputados — duplica! —, rejeita a proposta do Bloco para baixar os impostos a quem tem um crédito à habitação e o PSD troca o «não é não», o «não é nunca» por um «sim senhor, vamos embora».

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Então abduquem do aumento dos vossos ordenados!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — A única conclusão deste debate, Srs. Deputados, é que neste Parlamento não há um catavento, há dois.

*Aplausos do L e do Deputado do PS Miguel Matos.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso é que vocês passaram a um Deputado!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal.

*Pausa.*

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Será que a IL vai nacionalizar o prémio salarial, também?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado — eu estava aqui gerir os tempos da agenda —, faça favor, tem a palavra.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sou solidário com o trabalho do Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: No que concerne à lei dos 4 €, quem ganha 1200 € vai ter uma poupança adicional. Na verdade, é dinheiro que lhe é devolvido ao final do mês, os 4 €, a que, de forma muito criativa, assumimos, o Governo chamou redução de IRS. Enfim, é, de facto, um exercício de criatividade.

Nós achamos que é pouco, que é exíguo, que é curto. É uma devolução muito curta para aquilo que os portugueses merecem, porque, sempre que alguma coisa corre mal, são os portugueses que são chamados a apertar o cinto.

Está na hora de ser o Estado a apertar o cinto...

**Vozes da IL**: — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... e a controlar as suas despesas, a fazer um bom uso da receita fiscal e a devolver o dinheiro ao bolso dos portugueses, porque o dinheiro não é do Estado. Não existe dinheiro do Estado, o dinheiro é e será sempre dos portugueses.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Portanto, embora curto, embora microscópico, embora exíguo — já me faltam adjetivos para qualificar —, vamos ter de acompanhar, porque são sempre mais 4 € no bolso dos portugueses e isso é melhor do que nada.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Ah! Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Relativamente à proposta do Partido Socialista, estamos completamente de acordo. Temos de apoiar os jovens, sem dúvida alguma. É um esforço adicional para ver se conseguimos reter os jovens. Mas aquilo que deveria ser feito não era agora, em 2025 ou 2024; deveria ter sido feito há muitos anos, já há uma década, quando os jovens começaram a emigrar,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Quem é que mandou os jovens emigrar?! Memória curta!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... quando tivemos um terço dos nossos jovens a começar a emigrar. E os nossos jovens são o futuro do País; não há futuro do País sem jovens!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não foi com o PS!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — E o que fez o PS?!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Nessa altura, sim, o Partido Socialista devia ter-se dado conta do que estava a acontecer, deste êxodo de emigração. Devia ter intervindo mais cedo e a sério.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Agora estamos a correr atrás do prejuízo, Srs. Deputados.

*Protestos de Deputados do PS.*

É melhor do que nada, sim, como os 4 € do PSD, mas é muito pouco e não vai ser isso que vai reter os nossos jovens em Portugal.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.*

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O trabalho deveria ter começado mais cedo.

*Aplausos da IL.*

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Carneiro, pretende usar da palavra para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, ouvimos a Iniciativa Liberal dizer que isto era a proposta dos 4 €. Eu gostava de fazer só uma correção. O que consta do guião é a Proposta de Lei n.º 4/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV).

*Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.*

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — É a n.º 4, não é a dos 4 €.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Era só para deixar esta correção.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não, não! Ali o André Ventura vai ganhar mais do que 4 €!

*Risos do Deputado do PS Miguel Matos.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português, para intervir. Tem 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Não nos iremos opor às propostas do Partido Socialista, mas quer o Partido Socialista quer os partidos de direita passam ao lado da questão fundamental para melhorar as condições de vida dos jovens e dos trabalhadores, que é o aumento dos salários. Estas propostas que aqui estão a ser discutidas, quer aquelas em que houve um entendimento entre o PSD, o CDS e o Chega, quer esta do Partido Socialista, passam ao lado desta necessidade e passam ao lado de uma realidade, que é esta: a esmagadora maioria dos jovens do nosso País têm salários baixos, e é exatamente por isso que muitos deles emigram e vão procurar uma vida melhor noutros países.

O impacto destas propostas que aqui estão, para muitos desses mesmos jovens, é zero, porque o salário é baixo e nem sequer pagam o IRS. Esta é a realidade.

Aquilo que se exigia, e que o Partido Socialista e os partidos de direita não resolvem, é justiça fiscal, para aliviar a tributação sobre os rendimentos baixos e intermédios e, sim, tributar de forma efetiva os rendimentos altos.

Agora, aquilo que é proposto e que foi acordado entre o Chega, o PSD e o CDS é, de facto, um alívio muito mais expressivo nos rendimentos muito altos. Não é por acaso que, nas simulações, nem sequer surgem simulações de qual vai ser esse alívio para quem tem 7000 € de salário, por exemplo. Não o fazem, porque isso desmontaria a retórica que aqui trazem, relativamente a esta matéria.

Mas a outra questão que gostaria de trazer ainda, Sr. Presidente, prende-se com o engodo aqui presente. Trazem esta proposta, mas o verdadeiro objetivo é reduzir o IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) para favorecer as grandes empresas. É esse o grande objetivo, ao trazerem esta proposta para discussão.

Da parte do PCP, naturalmente, não contam...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Já não contamos, de qualquer maneira!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — ... para beneficiar aqueles que têm ganho à custa dos sacrifícios de quem trabalha no nosso País.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Mário Amorim Lopes quer fazer uma interpelação à Mesa. Espero que o seja mesmo e que não seja uma resposta aos 4 €, porque isso é brincar com a Câmara.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É uma intervenção para mudar a proposta!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente, para clarificar à Câmara...

O Sr. **Presidente**: — É uma interpelação à Mesa, Sr. Deputado.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É dirigida a si e a toda a Câmara, a V. Ex.<sup>a</sup> e a toda a Câmara, para clarificar que nós, de facto, estávamos a discutir a Proposta de Lei n.º 4/XVII/1.<sup>a</sup>, dos 4 €. Melhor era impossível, esta coincidência entre a numeração...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, está a fazer uma intervenção.

*Protestos da IL.*

Está a fazer uma intervenção.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não foi uma intervenção!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, se é assim que os Srs. Deputados veem o registo da lealdade, eu vou passar a ter de fazer de uma forma diferente: dizem-me logo no início o que é e, se eu entender que não é uma verdadeira interpelação à Mesa, corto a palavra a todos.

*Aplausos do PSD.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, tem a palavra para uma intervenção.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O PAN tem o princípio de defender o fim da asfixia fiscal que o País tem atravessado ao longo de vários anos.

Em relação ao prémio salarial e à descida do IRS que aqui discutimos hoje, há algumas dimensões que não podemos deixar de assinalar. Por um lado, em relação ao prémio — tendo o PAN conseguido incluir no Orçamento do Estado que os jovens que moram em casa dos pais beneficiem igualmente dele —, é evidente que achamos que deve haver esta aclaração sobre se é acumulável ou não com o IRS Jovem. Sabemos que esta questão já tem sido suscitada junto da AT (Autoridade Tributária e Aduaneira) e achamos até que devem

ser os partidos proponentes os principais interessados em que este esclarecimento exista. Nesse sentido, acompanhamos a proposta do PS.

Lamentamos, no entanto, que tenha ficado pelo caminho, nesta descida do IRS, a necessária atualização dos escalões de IRS à taxa de inflação, uma proposta que tem, aliás, atravessado sucessivos governos. Não é apenas agora do Governo da AD. Já no tempo do Governo do PS, o PAN tinha alertado para isto mesmo, senão, correremos o risco de isto não ser a descida dos 4 €, mas sim uma espécie de «leve agora e pague depois», porque, se não houver esta atualização dos escalões de IRS à taxa de inflação, sabemos que as famílias podem ficar prejudicadas.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sabe qual é a taxa de inflação?!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Mas há caminho, portanto, não se enerve, Sr. Deputado! No Orçamento do Estado podemos fazer esse caminho, e esperamos que haja abertura da AD para, no Orçamento do Estado, de uma vez por todas, atualizarmos os escalões à taxa de inflação, para que as famílias e, sobretudo, os mais jovens não saiam penalizados.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o S. Deputado Filipe Sousa, do JPP, para uma intervenção.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Confesso que fico um tanto ou quanto atrofiado...

*Risos do CH.*

... perante uma proposta desta dimensão. E fico atrofiado por uma simples razão: durante a minha vida política e pública exerci cargos executivos, e, muitas vezes, do lado das oposições, nos órgãos deliberativos, surgem propostas que colocam em causa a boa execução financeira de quem está a gerir, de quem está a governar, de quem está a executar.

Percebo muito bem o alcance da proposta do Partido Socialista e, seguramente, irei acompanhá-la, mas, por outro lado, porque não tive o acompanhamento prévio e antecipado de toda esta matéria, vejo que, da parte do Governo, quem governa o País está a fazer um esforço para que, no dia-a-dia, haja uma receita efetiva nos bolsos dos portugueses.

Portanto, há aqui dois pesos na balança que me deixam um tanto ou quanto atrofiado, como disse inicialmente. Mas quero referir, enquanto executivo que fui, que irei apoiar esta iniciativa, porque, verdadeiramente, no final do mês, os jovens, neste caso em concreto, terão mais algum dinheiro nos seus bolsos. Isso poderá contribuir para que outras ideias de outros partidos possam fazer o Governo reconhecer que os portugueses estão a sentir muito o peso da carga fiscal nos bens essenciais.

É necessário partirmos para esse trabalho sério e objetivo, no sentido de que, quiçá em sede do Orçamento do Estado para 2026, possamos dar todos nós um sinal objetivo, acima de tudo com o respeito que esta Casa tem por todos os portugueses.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Isto foi para quê?!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos, então, proceder às votações. Peço a vossa atenção, para não haver enganos.

Estamos no Guião Suplementar I e vamos começar por votar, na especialidade, a proposta, apresentada pelo PS, de aditamento de uma alínea *b*) ao artigo 1.º do texto final da Proposta de Lei n.º 4/XVII/1.ª (GOV).

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PAN e do JPP e as abstenções da IL, do PCP e do BE.*

*Era a seguinte:*

Artigo 1.º  
[...]

b) À segunda alteração do Decreto-Lei n.º 134/2023, de 28 de dezembro.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se a votação, na especialidade, do artigo 1.º do texto final.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do PAN, os votos contra do L, do PCP e do BE e as abstenções do PS e do JPP.*

Vamos agora votar, na especialidade, o artigo 2.º do texto final.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do PAN, os votos contra do L, do PCP e do BE e as abstenções do PS e do JPP.*

Votamos agora, na especialidade, a proposta, apresentada pelo PS, de aditamento de um artigo 2.º-A ao texto final.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PAN e do JPP e as abstenções da IL, do PCP e do BE.*

*Era a seguinte:*

Artigo 2.º-A  
Alteração ao Decreto-Lei n.º 134/2023, de 28 de dezembro

O artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 134/2023, de 28 de dezembro, na redação dada pela Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 4.º  
[...]

1 — [...].

2 — [...].

3 — O formulário eletrónico a que se refere o n.º 1 é disponibilizado anualmente, por um período não inferior a três meses, devendo esse período decorrer até ao dia 31 de maio.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar, na especialidade, o artigo 2.º-A do texto final.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do CDS-PP e do PAN, os votos contra do L, do PCP e do BE e as abstenções do PS, da IL e do JPP.*

Segue-se a votação, na especialidade, da proposta, apresentada pelo PS, de aditamento de um artigo 2.º-B ao referido texto final.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PAN e do JPP e as abstenções da IL, do PCP e do BE.*

*Era a seguinte:*

Artigo 2.º-B  
Aditamento ao Decreto-Lei n.º 134/2023, de 28 de dezembro

É aditado o artigo 6.º-A ao Decreto-Lei n.º 134/2023, de 28 de dezembro, na redação dada pela Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, com a seguinte redação:

«Artigo 6.º-A  
Cumulatividade com o regime do IRS Jovem

O prémio salarial de qualificações é cumulável com o regime previsto no artigo 12.º-B do Código do IRS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, na sua redação atual.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar, na especialidade, a proposta, apresentada pelo PS, de aditamento de um artigo 2.º-C ao referido texto final.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PAN e do JPP e as abstenções da IL, do PCP e do BE.*

*Era a seguinte:*

Artigo 2.º-C  
Norma transitória

Para efeitos da atribuição do prémio salarial de qualificação previsto no Decreto-Lei n.º 134/2023, de 28 de dezembro, na sua redação atual, referente ao ano de 2025, o Governo disponibiliza o formulário para o requerer, a título excecional, entre 1 de setembro e 31 de novembro de 2025.

O Sr. **Presidente**: — Votamos agora, na especialidade, a proposta, apresentada pelo PS, de substituição do artigo 3.º do referido texto final.

*Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PAN e do JPP e as abstenções da IL, do PCP e do BE.*

*Era a seguinte:*

Artigo 3.º  
Entrada em vigor e produção de efeitos

1 — A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

2 — As alterações introduzidas pela presente lei ao Decreto-Lei n.º 134/2023, de 28 de dezembro, produzem efeitos a 1 de janeiro de 2025.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar o artigo 3.º do texto final.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do PAN, os votos contra do L, do PCP e do BE e as abstenções do PS e do JPP.*

Agora, voltamos ao guião regimental e temos para votar, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à Proposta de Lei n.º 4/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV).

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do PAN, os votos contra do L, do PCP e do BE e as abstenções do PS e do JPP.*

O Sr. Deputado Hugo Carneiro pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, nos termos regimentais, é para requerer a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexactidões, relativamente a este texto final.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar este requerimento.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Segue-se a votação, na generalidade, do texto de substituição, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 3/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) e ao Projeto de Lei n.º 61/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional (o Governo e o CH retiraram as suas iniciativas a favor do texto de substituição).

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos contra do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

Agora, vamos passar ao Guião Suplementar II, em que há várias alterações pedidas, quer pelo PS, quer pelo PSD.

Cada grupo parlamentar tem 3 minutos para o debate e cada DURP (Deputado único representante de partido) tem 1 minuto e meio.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Como, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, estou a referir que são 3 minutos de intervenção para cada grupo parlamentar e 1 minuto e meio para cada DURP. É diferente do normal, porque temos mais matéria, que veio com o pedido de alteração do Partido Social Democrata. Portanto, foi acrescentado 1 minuto à grelha normal dos 2 minutos.

Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, tem a palavra, para intervir.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Chegamos, aparentemente, à reta final da aprovação de uma alteração à lei dos estrangeiros, que, desde o seu início, foi marcada por atropelos procedimentais e pela ausência de participações obrigatórias nos termos da lei e necessárias, como ditava o bom senso e a decência.

Naquilo que se submeteu ao Parlamento, o Governo da AD foi para lá do seu programa eleitoral e muitas das suas propostas contrariam o que executou durante o ano que passou. O método que apresentou foi de hiper-rapidez, agendando o debate para uma semana depois de as iniciativas terem dado entrada, sem que tenha sido feita nota técnica, sem que tenha havido relatório pela comissão, depois de o Sr. Presidente enunciar uma série de dificuldades constitucionais em várias das propostas apresentadas, e sem que o Governo tenha apresentado quaisquer pareceres, tendo apenas tardiamente o Governo reunido o Conselho Nacional para as Migrações e Asilo.

Ainda que o Sr. Ministro da Presidência tenha dito que tinha todo o interesse em ouvir as associações de migrantes, logo de seguida, aprovou um processo de urgência que, na prática, impossibilitou que participassem neste processo não só as associações representativas daqueles que são diretamente afetados, mas também as confederações patronais, os sindicatos, aqueles que são fundamentais para perceber o impacto que estas medidas vão ter na nossa atividade económica.

Os conteúdos são também problemáticos por isso. Temos inconstitucionalidades no que respeita ao reagrupamento familiar, temos limites no acesso ao direito e temos, fundamentalmente, riscos significativos para o futuro da economia portuguesa, para o futuro da nossa vida em comunidade.

O Governo fez a sua escolha de parceiro.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ah!...

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Fê-la com toda a clareza, com indisponibilidade para o diálogo que o Partido Socialista solicitou desde a primeira hora,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sim, sim!...

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... ignorando e desvalorizando propostas, atropelando procedimentos e cooptando uma agenda perigosa; uma agenda que, pela Europa fora, está a agigantar extremismos; uma agenda que, aqui ao nosso lado, está mesmo a abrir as portas à violência e a riscos sérios para a vida das pessoas que se confrontam todos os dias com esta realidade.

*Aplausos do PS, do L e do BE.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Na Amadora!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Adicionalmente, hoje descobrimos que, de facto, tínhamos razão quando dizíamos que a pressa é inimiga da perfeição. Mas, mais do que isso, ao ignorar o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, por exemplo, a Assembleia teve de passar pela humilhação de ver serem-lhe puxadas as orelhas, por parte do Conselho, pela sua não audição.

E hoje, à última hora, o PSD reconhece que tinha falhado, que a proposta que tinha apresentado efetivamente violava a Constituição no que dizia respeito às limitações que propunha à intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias, apresentando-nos uma alteração. Mas essa alteração não é melhor, porque aquilo que a maioria veio hoje apresentar é uma alteração que vem dizer que um mecanismo desenhado na Constituição, no n.º 5 do artigo 20.º, para garantir a tutela jurisdicional efetiva — ou seja, para quando os cidadãos precisarem de uma decisão urgente —, aparentemente, vai passar a estar limitado a situações em que essa urgência tem ainda de ser comprovadamente grave, direta e irreversível. Ou seja, já não basta ser urgente, já não basta que as pessoas que estão numa situação de fragilidade tenham de ter uma decisão num tribunal; têm de demonstrar que vai dar cabo da vida delas e que é absolutamente irrecuperável.

*Aplausos do PS.*

Não é aceitável, continua a ser inconstitucional e temos de ter a clareza de rejeitar alterações de última hora que põem em causa os princípios do Estado de direito democrático. Não vale tudo!

Pode o Governo ter direito às suas alterações, à sua nova política migratória; pode o Governo deitar fora aquilo que fez ao longo de um ano; mas, por favor, não fiquem sequestrados pela extrema-direita.

*Protestos do CH e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

Por favor, garantam em primeira linha a proteção dos direitos fundamentais de todos; garantam em primeira linha que a República Portuguesa pode continuar, orgulhosamente, a ser um local de acolhimento, com respeito, com dignidade e com medidas que garantem formas de migração legais e seguras, que é aquilo em que todos estão interessados.

Aquilo que nos apresentam é uma vergonha e não corresponde a isto.

*Aplausos do PS, do L e do BE.*

*Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Marcos Perestrello.*

O Sr. **Presidente**: — Para intervir, tem a palavra a Sr.ª Deputada Vanessa Barata, do Chega.

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Discutimos mais uma vez a imigração, e falar em imigração é falar das políticas irresponsáveis do Partido Socialista. Durante anos, o Partido Socialista promoveu e apoiou uma política de portas escancaradas, sem critério, sem controlo, sem pensar nas consequências para os portugueses.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Escancaradas estão as portas do PSD ao Chega!

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Hoje, temos bairros inteiros em colapso, serviços públicos saturados, insegurança crescente e uma precariedade que, antes de mais, Srs. Deputados, atinge os nossos, atinge os portugueses que cá trabalham, que cá vivem, que cá descontam e que sempre, sempre cá estiveram.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pensava que era o Ricardo Leão!

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Srs. Deputados, isto não é solidariedade; isto foi desgoverno. O PS falhou aos portugueses.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sim, sim!...

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Agora, chegados aqui, é preciso corrigir rapidamente esta irresponsabilidade.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É «para Angola [...] e em força»!

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Foi por isso que o Chega, como principal partido da oposição, decidiu entrar na discussão e consensualizar uma solução para este problema.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Com o número de bagagens que vocês perdem...!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Vocês perdem mandatos!

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Portugal é um país acolhedor, sempre foi, mas não pode ser a placa de Petri para loucuras multiculturalistas de esquerda.

**Vozes do CH:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — O Partido Socialista falhou. O Partido Socialista continua a não saber sentir as verdadeiras preocupações dos portugueses. O Partido Socialista deixou de ser a oposição responsável...

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — ... para alinhar nas loucuras da extrema-esquerda.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — É isso mesmo!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sim, sim!...

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Srs. Deputados, deixem-nos trabalhar, por Portugal, pelos portugueses!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para intervir, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Os argumentos que o Governo e o Chega usam para legislar à pressa são mentirosos e não podem ser levados a sério.

*Risos e protestos do CH.*

Separar famílias não é humanismo, é oportunismo.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Agora?!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Empurrar pessoas para a ilegalidade não é humanismo, é oportunismo.

*Protestos do CH.*

E é um oportunismo...

*Continuação de protestos do CH.*

E é um oportunismo repugnante, porque os Srs. Deputados sabem que este oportunismo está a incitar ao ódio; sabem que este oportunismo está a legitimar discursos de ódio; sabem que este oportunismo está a pôr a vida e o bem-estar de pessoas em risco, o bem-estar das suas famílias, das crianças. Este oportunismo vai separar famílias, mães e filhos, e é por isso que é repugnante.

Mas podiam, ainda assim, fazê-lo. O PSD e o Chega até se podiam juntar para fazer esta lei oportunista,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A senhora é que sabe se podem ou não podem?!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... mas tivessem feito as audições primeiro; tivessem-se exposto aqui, na Assembleia da República, ao contraditório, a ouvir o testemunho de todos aqueles que são afetados pelas vossas leis oportunistas.

*Protestos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Fomos às urnas!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Mas não o fizeram. Por isso, o meu apelo, hoje, não é ao PSD. O meu apelo é ao Presidente da República.

**Vozes do CH:** — Ah!...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — O meu apelo é a um democrata-cristão que nunca deixaria passar esta lei.

*Aplausos do L, de Deputados do PS e do Deputado do PCP Paulo Raimundo.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — O Bloco de Esquerda sabe lá o que é o cristianismo!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, quem quiser usar da palavra é melhor inscrever-se, senão passaremos à fase seguinte da votação.

Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal, tem a palavra, para intervir.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Nesta matéria, é provavelmente necessário, face ao teor da discussão, recordar dois ou três pontos absolutamente essenciais.

Não há dúvida de que a política de descontrolo total de entrada trouxe o País para uma situação insustentável, relativamente à qual é preciso tomar medidas, muitas delas em emergência — não há nenhuma dúvida quanto a isso.

Não há também dúvida de que, face à gravidade da situação, a Iniciativa Liberal votou favoravelmente um conjunto de medidas que dizem respeito à legislação sobre estrangeiros. Não o faz sem a consciência de que estamos numa situação de absoluta gravidade...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Consciência pesada!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... e emergência, e de que os responsáveis estão perfeitamente identificados: são as bancadas da esquerda.

*Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.*

Dito isso, o processo legislativo que nos trouxe até aqui é absolutamente inadmissível da parte, nomeadamente, do Partido Social Democrata. Substituiu documentos, substituiu propostas legislativas à 24.<sup>a</sup> hora,...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Habituem-se!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... demonstrando que não estava o processo absolutamente solidificado. Negou a possibilidade de, assegurando a urgência que considera necessária, ouvir entidades, que não tiveram oportunidade de ser ouvidas.

Portanto, chegamos aqui com uma legislação melindrosa, perante uma situação grave que não teve no seu processo legislativo todas as garantias.

É então responsabilidade, nomeadamente do Partido Social Democrata, que esta legislação entre em vigor e que essa discussão não tenha sido feita, numa matéria que, pela sua gravidade, deveria ter sido suficientemente discutida.

As consequências da aplicação destas propostas sem a discussão necessária,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Qual discussão?!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... não acautelando as audições, não acautelando a necessária reflexão sobre a constitucionalidade, nomeadamente de algumas regras, cabem integralmente ao PSD, que podia ter aberto a possibilidade a uma discussão com urgência, mas com a necessária reflexão, e não o fez, atropelando todas as regras nesta matéria.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem! Estamos de acordo!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mais um socialista!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — É preciso bom-senso!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Mas não foi o Dr. Montenegro sozinho, foi com o Dr. Ventura!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Andamos há cinco anos a falar disto!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre, para intervir.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Esta é uma lei feita à pressa, é uma lei injusta no seu conteúdo e é uma lei mal-intencionada nos seus objetivos. É uma lei que é feita sem ouvir ninguém,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ouvimos os portugueses no dia 18!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — ... num processo de urgência que foi imposto por uma maioria arrogante. Não quiseram ouvir as pessoas que vão ser diretamente afetadas por esta lei,...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — É os portugueses que temos de ouvir!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — ... as pessoas imigrantes que trabalham em Portugal, que pagam os seus impostos, que ajudam todos os dias a construir o nosso País.

*Protestos do CH.*

Até as entidades cuja audição é obrigatória os senhores não quiseram ouvir. Nem essas entidades quiseram ouvir, e não são estas propostas de alteração que nos apresentam agora, em cima do joelho, à 25.<sup>a</sup> hora, que vão alterar isso, porque esta proposta está mal construída e tem, inclusive, problemas de constitucionalidade. A leviandade com que os senhores querem legislar sobre direitos, liberdades e garantias é muito preocupante.

Nem sequer o Conselho Nacional para as Migrações e Asilo, que este Governo criou, o Governo ouviu! Foi ouvi-lo depois de apresentar a proposta de lei, aliás, no meio de grandes juras e promessas de ouvir toda a gente. Não ouviram ninguém!

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, não nos habituaremos a atropelos à democracia.

*Aplausos do L e de Deputados do PS.*

**Vozes do CH:** — Ah!...

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Mas esta lei é também injusta no seu conteúdo. Ela fecha vias regulares para procurar trabalho em Portugal, num momento em que a nossa economia continua à procura de mão de obra, e, por isso, promove a informalidade e promove vias irregulares para as migrações.

Naquilo que diz respeito ao reagrupamento familiar, esta lei não é só injusta, ela é cruel,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Devias ter vergonha!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — ... porque promove, sim, ativamente a separação de famílias,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É mentira! Não sabe o que está a dizer!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — ... esquecendo que o reagrupamento familiar é uma ferramenta essencial para a integração.

*Protestos do CH.*

Aliás, os senhores, no plano para as migrações, diziam que o reagrupamento familiar era uma prioridade. Ainda por cima, assentam estas alterações em pressupostos falsos, porque desde 2022 que não entra um único pedido de reagrupamento familiar.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Então, porque estão nervosos?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Qual é o problema, então?!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Se não entra, está tudo bem!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Mas esta lei é também mal-intencionada nos objetivos, porque parte de uma estratégia muito clara das direitas de criar um inimigo, de criar bodes expiatórios para ocultar o facto de que, na habitação, na saúde, nos serviços públicos, as políticas deste Governo estão a ser um absoluto desastre. E para esse inimigo, como sempre, escolhem os imigrantes em Portugal. Isso é lamentável e é um caminho perigoso — é um caminho perigoso!

Nós, no Grupo Parlamentar do Livre, temos memória,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Têm memória da Joacine!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — ... não enjeitamos a nossa história e, porque somos netos de emigrantes, somos filhos de emigrantes, temos irmãos emigrantes,...

*Protestos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Não comparem!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — ... sabemos bem o que custa quando alguém tem de sair do seu país.

Para terminar, queria deixar uma saudação às associações de imigrantes que estão aqui hoje, a todas as pessoas que rejeitam este caminho, que rejeitam esta forma de fazer política e que sabem que a nossa sociedade é mais forte se for mais solidária e se for mais generosa.

*Aplausos do L, do BE e de Deputados do PS.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A Joacine falou bem!...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para intervir, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Relativamente a estas propostas que aqui estão, sabemos bem das questões da constitucionalidade que já foram levantadas. De facto, não podemos deixar de recordar que, das duas, uma: as maiorias, quando se formam, são legítimas para as decisões de teor político; para atropelos à legislação, nomeadamente a audições obrigatórias, já não nos parece que o sejam e não podemos concordar com a sua legitimidade.

Falamos não apenas daqueles que são os pareceres obrigatórios que tinham de ser reunidos, mas também, quando falamos do reagrupamento familiar, da necessidade de ouvirmos comissões, como por exemplo a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens do nosso País, sobre crianças que vão ficar desprotegidas ao abrigo desta legislação.

Resta saber se a AD reúne, ou tem em si, o desejo secreto de que o Presidente da República tenha o bom senso, que essa bancada claramente não teve, e peça a fiscalização da constitucionalidade destes diplomas, porque nos parece que um processo atropelado desta forma, ao arrepio do que deveria ser um processo mais participado na especialidade — todos nós reconhecemos que os fluxos migratórios e a imigração no nosso País

têm de estar regulamentados, têm de cumprir a lei, mas também têm de ser humanitários e têm de ser fruto das alterações sucessivas da legislação e de processos que respeitem a legislação —, não cumpre com nada disso.

Precisamente porque não cumpre, não podemos, de forma nenhuma, acompanhar e vamos votar contra estas mesmas propostas, esperando que haja o bom senso do Presidente da República, bom senso que não se reuniu do lado dessa bancada.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Almeida, do CDS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Há três motivações fortes para aprovarmos esta legislação hoje. A primeira de todas é porque ela é necessária. A segunda porque aponta no sentido certo e a terceira porque é urgente.

Grande parte destas razões não são sequer da responsabilidade desta maioria,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — São, são! Há 15 meses! Mudaram foi de opinião!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... são da exclusiva responsabilidade do Partido Socialista. E, portanto, se esta legislação tem de ir neste sentido e tem de ser aprovada já é porque o Partido Socialista assim o determinou. Porque se nós não tivéssemos tido uma desregulação da imigração como tivemos,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Quinze meses!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... se não tivéssemos neste momento as consequências dessa política irresponsável, se calhar nem precisávamos de mudar a lei com tanto alcance, nem precisávamos de a fazer com esta urgência.

Portanto, os senhores,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Quinze meses!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... antes de atirarem aos outros e antes de apontarem o dedo aos outros, consultem a vossa consciência,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Quinze meses!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... percebam o que fizeram ao País, percebam a degradação que os senhores trouxeram, quer para quem já cá estava, quer mesmo para aqueles que os senhores deixaram entrar e que se amontoam nos sótãos, nas caves, em casas, a viver ao molho, e esses, sim, estão ilegais. Porque os senhores dizem «isto vai criar ilegais», mas ilegais criaram os senhores.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — As pessoas são ilegais?!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ilegais criaram os senhores, que deram folhas A4 para as pessoas poderem estar cá sem sequer se recolherem dados biométricos. E agora dizem-nos: «Qual é a pressa?» A pressa é pôr o País na ordem. A pressa é mesmo pôr o País na ordem.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O Órban diz o mesmo!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A pressa é não fazer uma lei...

Os senhores estiveram anos a desregular e, agora, o que nos dizem é: «Nós temos a apresentação de uma proposta que vai alterar substancialmente as regras para os imigrantes, temos de assumir isso. Mas, como nós

somos socialistas e fazemos tudo à socialista, nós vamos dizer agora, já, aos imigrantes todos que as regras vão mudar e depois esperamos três meses para efetivamente pôr essa lei em vigor.» O que é que acontece, Srs. Deputados?

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Façam a lei retroativa!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O que acontece é que a realidade, no terreno, se vai alterar toda. É que, obviamente, as pessoas não estão a dormir, não estão de férias e vão adaptar o seu comportamento àquilo que já sabem que vai mudar na lei. E, portanto, grande parte do efeito que a lei terá...

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — É inconstitucional!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... perder-se-ia com a dilação entre o anúncio do momento das alterações e a entrada em vigor das mesmas, porque, ao contrário do que já foi dito neste Parlamento, não há nenhuma norma retroativa e, portanto, os efeitos seriam diferidos no tempo.

Portanto, esta urgência existe, e é também importante que digamos aqui uma coisa: quem diz que «o processo é errado, que há inconstitucionalidades», o grande problema que tem é com o fundo da lei, não é nem com o processo, nem com as inconstitucionalidades; é porque discordam.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Também discordamos!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Srs. Deputados, se me perguntassem sobre o reagrupamento familiar há 10 anos, eu também tinha a mesma opinião que os senhores. Eu não teria era feito em 10 anos o que os senhores fizeram. Eu não teria degradado a situação do País desta maneira.

*Protestos da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.*

Hoje em dia, mesmo aquele reagrupamento familiar que seria positivo — porque, obviamente, um imigrante que tem a sua família junto de si, em condições normais, está mais integrado — tem um problema: é que isso não pode ser à custa da descaracterização do País.

Esse seria um princípio que funcionaria se os senhores não tivessem posto a imigração de tal maneira...

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Fique caladinho! Caladinho!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... que, neste momento, já não está em causa a integração dos imigrantes, está em causa a integridade do País.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos de Deputados do PS.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Estamos perante um processo que decorreu de uma forma que não deveria ter decorrido e que revela tudo aquilo que não deve acontecer num processo legislativo na Assembleia da República.

Tratou-se, de facto, de uma imposição por parte do PSD, do CDS e do Chega. Não houve aqui uma cedência ao Chega, porque o que isto revela é, de facto, a agenda retrógrada,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Retrógrada?!

A Sr.<sup>a</sup> **Cristina Rodrigues** (CH): — Ah! O PCP está na vanguarda!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — ... por parte do PSD e do CDS, de ataque a direitos, de colocar em causa direitos.

Estamos a falar, neste caso concreto, de pessoas imigrantes que procuram uma vida melhor no nosso País, para trabalhar, aliás, como tantos portugueses procuram uma vida melhor noutros países, uma vida que não encontram cá.

Portanto, estamos perante um processo em que se impediu a Assembleia da República de fazer um trabalho sério, ponderado, com reflexão, em que se impediu a realização de audições de associações, cujos elementos seriam importantes para a discussão de toda esta matéria. Não quiseram ouvir.

Aliás, há umas semanas, ouvíamos, até, dirigentes do PSD e do CDS falar de diálogo, mas, neste processo, aquilo que houve foi a imposição de uma opção política que ataca direitos, que ataca direitos dos pobres, dos titulares da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), mas, para aqueles endinheirados, os titulares dos vistos *gold*, aí já tudo é permitido e esses direitos estão salvaguardados.

São também estes dois pesos e duas medidas que aqui estão presentes, porque para os imigrantes pobres não há direitos, mas há para quem tenha os vistos *gold*. Para esses, sim, já todos os direitos estão salvaguardados.

No que diz respeito ao reagrupamento familiar, é desumano aquilo que está aqui a ser colocado, porque o reagrupamento familiar é um direito...

*Protestos do CH.*

... que está consagrado na Convenção das Nações Unidas e que, mais uma vez, para uns, não é assegurado, separando-se famílias,...

*Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não se separa ninguém! É mentira!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E na Coreia do Norte?!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — ... mães de filhos, pais de filhos, que já estejam cá. É isto que está a ser imposto. No entanto, para outros, não, esses direitos já estão a ser consagrados. Portanto, estamos perante um grande retrocesso sem qualquer humanismo.

*Protestos do CH e do CDS-PP.*

Não está presente nenhum humanismo nesta legislação.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — O humanismo em Cuba deve ser imenso!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — O que aqui está é uma opção, uma opção de classe, claro, para favorecer os interesses dos grandes patrões, porque a verdade é que são esses que vão beneficiar com a imigração ilegal, e é isso que o PSD, o CDS e o Chega querem: expor os imigrantes à exploração, às máfias, para que não sejam, de facto, garantidos os seus direitos.

Portanto, da nossa parte, opomo-nos, claramente, a esta legislação, que significa um retrocesso, um ataque a direitos e que de humanismo nada tem.

*Aplausos do PCP e do Deputado do L Paulo Muacho.*

*Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP. Faça favor, dispõe de 1 minuto e 30 segundos.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Tive a oportunidade de dar a minha simples opinião, em sede de comissão especializada, relativamente a um tema com uma complexidade enorme e em relação ao qual este Parlamento pode correr o risco de criar um drama que vai afetar milhares de pessoas, milhares de famílias. E a pressa, é importante que se diga, é inimiga da perfeição.

Eu tenho, não digo a firme certeza, mas a esperança de que este Parlamento, dentro de pouco tempo, irá novamente debater esta matéria, porque estamos a falar de direitos constitucionais, estamos a falar de um drama com um alcance extremamente complexo e que vai afetar, como disse há pouco, milhares de pessoas e de famílias, e, verdade seja dita, temos de ter um pingão de humanismo no debate destas matérias.

Por isso, o JPP já opinou em sede de comissão especializada, e repito uma vez mais o ditado popular que diz: «A pressa é inimiga da perfeição.» E, muito sinceramente, digo com toda a convicção que, seguramente, dentro de pouco tempo, este Parlamento irá debater novamente esta matéria.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado António Rodrigues, do PSD. Faça favor, dispõe de 3 minutos.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos perante um caso estranho, porque temos a esquerda que se proclama defensora do humanismo, temos aqui a esquerda que quer decidir...

*Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.*

... assente em pareceres, estudos, audições, em todas essas questões, quando a matéria da imigração foi a mais discutida nos últimos 15 meses em Portugal.

*Protestos do L, do PCP e do BE.*

O Governo — o Governo anterior — fez, de um ponto de vista objetivo, sem qualquer tipo de subjetividade, o retrato real do que era a imigração em Portugal.

Os senhores, quando o Governo anterior iniciou funções, sabiam quantos casos de estrangeiros estavam pendentes em Portugal? Não sabiam.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Os senhores também não sabem!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vocês também não!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sabiam quantos imigrantes havia? Alinharam a dizer que eram 400. Não eram, eram 440 000. No final do ano, soube-se que os imigrantes eram 1 milhão e 600 mil. Algum dos senhores sabia? Não sabia. E continuam a falar em estudos e pareceres com um único objetivo: atrasar, atrasar, atrasar.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — A lei, a lei!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Assumam, tenham a coragem de assumir que não sabem rigorosamente nada do que falavam nesta matéria.

*Aplausos do PSD.*

Durante 15 meses, o Governo anterior, e este Governo, com o mesmo ministro, estudaram, aprofundaram, ouviram tudo o que era necessário, objetivamente, nesta matéria.

*Protestos do PS e do BE.*

E os senhores o que fizeram? Nada. Relativamente a esta proposta de lei, quando chegou a discussão da proposta, quantas propostas de alteração apresentaram?

*Protestos do PS.*

Zero. Nada, nada!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Como? Nem os pareceres vieram!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Na comissão, porquê? Não sabiam? Não sabiam?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ó António, nem os pareceres vieram!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Daqui a três meses, iam continuar a não saber. Portanto, se queriam colaborar, se estavam com essa disposição, apresentavam propostas em tempo.

*Protestos do PS.*

Não venham com a vossa irresponsabilidade. Esta situação foi criada pela iniquidade do Partido Socialista.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não quiseram. Juntaram-se ao Ventura!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — E bem! E bem!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Eu diria mesmo que a única manifestação de interesse que aqui tenho é a manifestação de interesse do PS em querer evoluir, mas não consegue,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Encostaram-se!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — ... em querer crescer, mas não é capaz, e a da esquerda é a de se conseguir juntar, mas é inútil tentarmos discutir esta matéria.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Encostaram-se!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Pedimos, discutimos, estivemos disponíveis durante meses — meses! — para discutir esta matéria.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não estavam, não!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Deixa ouvir, Eurico!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quem fica em terceiro, fica assim!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Não o quiseram fazer! Estamos prontos e estivemos sempre prontos para ouvir e alinhar.

Agora, se o problema esteve...

*Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o Sr. Deputado conhece, ainda melhor do que eu, o Regimento...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Tem razão!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado António Rodrigues.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Tiveram oportunidade de propor, tiveram oportunidade de refletir, e mais: estão tão preocupados com os pareceres agora, e não os têm recebido? Não têm recebido pareceres,...

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — O que dizem os que chegaram?!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — ... pedidos de audição, realização de audições no seio de cada um dos partidos? Era aí que iam aprender porque não sabem? É isso que o Partido Socialista está a dizer, é isso que o líder do Partido Socialista está a dizer?

Por isso, a urgência exige-se, por anos de incapacidade de legislar, por anos de incapacidade de decidir. Queriam apenas uma coisa: continuar a viver no mesmo pântano em que estavam a viver anteriormente.

*Aplausos do PSD.*

Se o Governo assume a urgência, se o Governo assume a responsabilidade, se o Governo assume a necessidade de fazer isso, nós estamos aqui para tomar essa medida.

Para terminar, e nesta dimensão, diria apenas, e só, à esquerda e, em particular, ao Partido Socialista, que o meu líder parlamentar diz normalmente «habituem-se».

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — A gente já se habituou!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Eu contrario o meu líder parlamentar e digo apenas à esquerda: «Evoluam, porque até agora não foram capazes.»

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, dois pontos sintéticos. Um primeiro para solicitar a distribuição do Plano Nacional de Migrações do XXIV Governo Constitucional, que contraria tudo o que hoje aqui é aprovado em matéria de reagrupamento, vistos de CPLP e vias legais, como os vistos para procura de trabalho. Era o primeiro ponto.

O segundo ponto...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto é uma intervenção!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... é uma interpelação, diretamente à Mesa: sabemos bem, nesta bancada, que o PAR (Presidente da Assembleia da República) entende que a liberdade de expressão tem um privilégio...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Graças a Deus!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... e que deve ser privilegiada na forma como os debates devem decorrer.

No entanto, parece-nos que não poderíamos estar de bem com a consciência deste grupo parlamentar sem sublinhar que afirmações como aquelas que foram proferidas pelo Sr. Deputado João Almeida, que dão nota de que as migrações descaracterizam o País, correm o risco real de ser muito ofensivas e discriminatórias para muitos milhares de pessoas que, entre nós, caracterizam o nosso País.

*Aplausos do PS e do L.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Calma, vou dar a palavra ao Sr. Deputado João Almeida. Eu não estava cá, não ouvi, mas também não me parece que isso seja matéria...

Faça favor, Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, é só para lhe pedir para ser especialmente criterioso nessa análise — faça mesmo questão que o seja —, porque reafirmo tudo o que disse.

*Aplausos do Deputado do PSD Joaquim Barbosa.*

O Sr. **Presidente**: — Sim, sim. Eu não ouvi, mas se disse aquilo que disse, eu subscrevo, porque acho que essa é uma matéria objeto daquela que é a liberdade de expressão, e quem quiser contraditar, contradita.

Devo dizer que o meu papel, como o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves referiu, é muito mais o de garantir o direito ao contraditório do que garantir o direito a não falar. Em relação a isso, é óbvio que tenho essa cultura.

Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, pede a palavra para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É mesmo, Sr. Presidente, e agradeço que me tenha passado a palavra.

Sr. Presidente, neste momento em que o Sr. Presidente irá iniciar o processo de votação, é para lhe pedir que interceda junto da Câmara — sei que os Srs. Deputados, em particular do PSD, me estão a ouvir — para que este processo não vá a votação, que seja retirado do guião de votações...

*Protestos do PSD e do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, está a fazer uma interpelação à Mesa no sentido de...?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Para que, na condução dos trabalhos, possa ser feito um requerimento, que só pode ser feito pelo Governo ou, neste caso, também pelo partido que o apoia, porque esta votação é, no nosso entender,...

O Sr. **Presidente**: — Já percebi, já compreendi.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — ... em função da natureza do processo, também ela uma deslealdade institucional para com o Sr. Presidente da República, porque vamos enviar para Belém...

O Sr. **Presidente**: — Já percebi, Sr. Deputado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — ... um decreto que enferma de graves violações à lei.

*Protestos do PSD e do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Violações foi o que aconteceu em Torres Vedras!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a primeira parte é uma interpelação, a segunda é uma intervenção. Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, pedi a palavra para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos porque, com franqueza, nós fomos percebendo que o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias — que, de resto, é líder parlamentar do Partido Socialista —, pela forma volúpia como estava a querer interromper todos os Deputados que intervinham no debate, estava mortinho por fazer algum número parlamentar, e já o fez.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E eu queria perguntar ao Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias — através de V. Ex.<sup>a</sup>, evidentemente, porque foi V. Ex.<sup>a</sup> que foi interpelado — onde é que no Regimento ou na lei existe a figura em que o Sr. Presidente da Assembleia da República pode condicionar, perguntar, propor a um grupo parlamentar que retire um ponto que está legítima e regimentalmente incluído no guião.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Como é evidente!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não havendo, o que eu quero dizer é que aquilo que o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias fez foi um número, mas foi um número miserável.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não vou dar mais a palavra sobre este assunto. Srs. Deputados, eu vou fazer um código anotado do Regimento para perceberem bem qual é...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Para mim não é preciso!

O Sr. **Presidente**: — Estou a falar para todos, porque aquilo que, aliás, já vai sendo conhecido de todos, como o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves referiu, quanto à minha interpretação do Regimento, eu irei clarificar quanto à figura da interpelação à Mesa e, por escrito,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não vale a pena!

O Sr. **Presidente**: — ... darei essa interpretação, para depois não haver dúvidas relativamente a essa matéria.

Agora, pedia a tal lealdade para passarmos às votações na especialidade.

Srs. Deputados, a requerimento do PS, vamos votar os artigos 45.º, 46.º, 52.º, 52.º-A e 57.º-A da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, constantes do artigo 2.º do texto final de substituição, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 3/XVII/1.ª (GOV) e ao Projeto de Lei n.º 61/XVII/1.ª (CH) — Altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

*Submetidos à votação, foram aprovados, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos contra do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

Vamos votar, a requerimento do PS, os artigos 75.º e 87.º-A da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, constantes do artigo 2.º do mesmo texto.

*Submetidos à votação, foram aprovados, com os votos a favor do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos contra do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.*

Votamos agora, a requerimento do PS, os artigos 98.º, 101.º, 105.º e os n.ºs 1 a 8 do artigo 106.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, constantes do artigo 2.º do referido texto.

*Submetidos à votação, foram aprovados, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos contra do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

Passamos à votação da proposta, apresentada pelo PSD, de eliminação do n.º 9 do artigo 106.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, constante do artigo 2.º do referido texto.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e o voto contra da IL.*

Seguimos com a votação, requerida pelo PS, do n.º 9 do artigo 106.º...

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, a votação do n.º 9 do artigo 106.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, requerida pelo PS, está prejudicada.

O Sr. **Presidente**: — Ótimo.

É ótimo só por causa do andamento dos trabalhos, não é?

*Risos.*

Hoje em dia, é preciso clarificar tudo.

Vamos votar a proposta, apresentada pelo PSD, de aditamento de um artigo 2.º-A (Contencioso administrativo) ao texto de substituição.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD e do CDS-PP, os votos contra do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.*

*É a seguinte:*

Artigo 2.º-A  
Contencioso administrativo

É aditado o artigo 87.º-B à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho:

«Artigo 87.º-B  
Tutela jurisdicional

1 — No âmbito do presente capítulo, as ações judiciais relativas às decisões ou omissões da AIMA, IP, revestem a forma de ação administrativa, nos termos do artigo 37.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, sem prejuízo do recurso à tutela cautelar, nos termos gerais.

2 — Só é admissível o recurso à intimação para a proteção de direitos, liberdades e garantias, quando, para além dos pressupostos referidos no artigo 109.º, n.º 1, do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, a atuação ou omissão da AIMA, IP, comprometa, de modo comprovadamente grave, direto e irreversível, o exercício, em tempo útil, de direitos, liberdades e garantias pessoais, cuja tutela não possa ser eficazmente assegurada através dos meios cautelares disponíveis.

3 — Na decisão a adotar no processo de intimação, em caso de ausência atempada de atuação da AIMA, IP, o juiz deve ponderar, se requerido, o número de procedimentos administrativos que correm junto daquela entidade, em face de eventuais pressões anormais de pedidos e solicitações, os meios humanos, administrativos

e financeiros disponíveis, que é razoável esperar, bem como ter em conta as consequências que possam resultar da intimação para o tratamento equitativo de todos os requerimentos dirigidos à AIMA, IP.

4 — Nas situações previstas no n.º 2, tem lugar a aplicação dos artigos 109.º a 111.º, com as devidas adaptações impostas pelo presente artigo.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora votar a proposta de substituição do artigo 6.º, apresentada pelo PSD.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do PS, da IL e do CDS-PP, os votos contra do L, do PCP, do BE e do PAN e as abstenções do CH e do JPP.*

É a seguinte:

Artigo 6.º  
Aplicação da lei no tempo

O disposto nos artigos 2.º e 2.º-A da presente lei aplicam-se aos procedimentos administrativos e processos judiciais iniciados após a sua entrada em vigor.

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora votar a assunção pelo Plenário das votações indiciárias do restante articulado, realizadas na especialidade, em sede de comissão.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e o voto contra do L.*

Vamos, agora, proceder à votação final global deste texto de substituição.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH e do CDS-PP, os votos contra do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção da IL.*

Vamos proceder à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 2/XVII/1.ª (GOV) e ao Projeto de Lei n.º 60/XVII/1.ª (CH) — Cria a unidade nacional de estrangeiros e fronteiras na Polícia de Segurança Pública.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos contra do L, do PCP, do BE e do PAN e as abstenções do PS e do JPP.*

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, é para anunciar que entregaremos uma declaração de voto escrita sobre esta votação.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.ª Deputada.  
Tem a palavra o Sr. Deputado António Rodrigues.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, queria solicitar a dispensa de redação final e do prazo para reclamações contra inexatidões, como já tínhamos requerido, em relação ao texto de substituição da Proposta de Lei n.º 3/XVII/1.ª e ao texto final da Proposta de lei n.º 2/XVII/1.ª.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar o requerimento, Srs. Deputados.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP e os votos contra do PCP e do BE.*

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Leitão.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, é para anunciar uma declaração de voto escrita em relação à votação da Proposta de Lei n.º 3/XVII/1.<sup>a</sup>.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar os n.ºs 88 a 107 do *Diário da Assembleia da República*, I Série — 1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa/XVI Legislatura —, respeitantes às reuniões plenárias realizadas nos dias 13, 14, 19, 20, 21, 26, 27 e 28 de fevereiro, 5, 6, 7, 11, 12, 13, 14 e 19 de março e 2, 16, 25 e 30 de abril de 2025.

*Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade.*

Srs. Deputados, temos ainda um outro ponto, que consta na discussão e votação, na generalidade, na especialidade e em votação final global, da Proposta de Lei n.º 10/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Autoriza o Governo a transpor a Diretiva (UE) 2021/2167, que harmoniza o acesso e o exercício da gestão de créditos bancários não produtivos e define os requisitos para os adquirentes de créditos.

O Governo, os grupos parlamentares e os DURP dispõem de 2 minutos para se pronunciarem sobre esta matéria.

Para iniciar o debate, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Carlos Abreu Amorim): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Estamos perante uma proposta de lei que já se encontrava nesta Assembleia e que, por força regimental, devido à dissolução da Assembleia da República e às eleições legislativas subsequentes, caducou.

Neste momento, a Comissão Europeia intentou uma ação relativa à falta de transposição da Diretiva (UE) 2021/2167, e o processo corre os seus termos. Portugal corre o risco de ser sancionado, quer pelos dias em atraso, quer pelos dias futuros em que esta proposta de lei não se transformar em legislação vigente e a transposição da diretiva não se realizar.

Portanto, a intenção do Governo é evitar uma condenação especialmente grave, que poderá acontecer se esta proposta de lei não vier a ser aprovada neste Parlamento.

O Governo encetou os contactos com todos os grupos parlamentares e Deputados únicos no sentido de que esta urgência fosse considerada por todos, e, Sr. Presidente, se me permite, gostaria de felicitar todos os grupos parlamentares desta Casa, quer aqueles que apoiam o Governo, quer aqueles que são da oposição, incluindo os Srs. Deputados únicos, pela boa cooperação democrática que demonstraram ao dar o seu assentimento a este procedimento, que, posso assegurar-vos, o Governo tudo fará para que seja excepcional.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Isabel Mendes Lopes, do Livre, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro: Há um ano, apresentámos um projeto de resolução a recomendar exatamente a transposição desta diretiva. Esse projeto de resolução foi discutido em fevereiro e foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da Iniciativa Liberal e do CDS-PP.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — É importante que esta diretiva seja bem transposta para a legislação nacional, porque, quando os créditos, por alguma razão, não são pagos, é preciso proteger as instituições do crédito malparado, mas também é preciso proteger as pessoas, que não podem ver o seu crédito vendido sabe-se lá a quem, em que condições — muitas vezes sem saberem que o seu crédito, na verdade, passou para as mãos de outros sem conhecerem as condições.

Portanto, é preciso, de facto, proteger as pessoas.

O nosso problema é com a maneira como isto surgiu, porque, de repente, foi-nos pedido um processo de urgência, hoje, para a discussão desta autorização legislativa para a transposição da diretiva, sem nenhuma discussão. E o meu problema não é isto ter acontecido, porque os erros acontecem e temos de os saber acomodar, temos de saber trabalhar em conjunto para os ultrapassar. O meu problema, de facto, é ter percebido que o Sr. Ministro falou com outros grupos parlamentares sobre a transposição desta diretiva, há já alguns dias, mas não falou com todos os grupos parlamentares, ou seja, não falou com o Grupo Parlamentar do Livre, em especial, e o diálogo parlamentar tem de ser feito com todos os grupos parlamentares da mesma forma.

Esta autorização para a transposição desta diretiva será votada hoje, mas nós temos vários aspetos que queremos ver incorporados nesta lei, exatamente para proteger as pessoas, para garantir que há clareza, para garantir que as entidades responsáveis pelos créditos têm a obrigação de prestar toda a informação, com toda a clareza, para que as pessoas sejam protegidas.

Mas, Sr. Ministro, não podemos ter grupos parlamentares que têm contacto com o Governo e outros que não têm, porque isso não é lealdade parlamentar, e, portanto, peço-lhe que isto nunca mais se repita.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Lealdade parlamentar era estarem sentados à frente!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro: Esta proposta que o Governo apresentou, para dar respaldo à posição portuguesa junto das instituições europeias, tinha sido apresentada em março e caducou, porque existiram eleições. Portanto, isto podia ter sido feito antes, mas não foi porque existiram eleições, e agora voltamos ao tema.

Sobre quando um grupo parlamentar ou um partido político nesta Casa apresenta um projeto de resolução, recomendando ao Governo que transponha uma diretiva, gostava de lembrar que também está na disposição dos grupos parlamentares ou dos partidos aqui representados, eles próprios, apresentarem projetos de lei com vista a essa transposição.

Portanto, muitas vezes é fácil fazer um número com um projeto de resolução; é mais difícil fazer o trabalho de casa, que é a legislação de que eventualmente podemos necessitar para dar respeito às exigências que temos da União Europeia.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Paula Santos.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro: Pedi a palavra e vou referenciar dois aspetos nesta minha intervenção, um primeiro de forma e, depois, uma questão de conteúdo.

Quanto à forma, fomos confrontados hoje com esta proposta para discussão e votação desta proposta de lei por parte do Governo. Já salientámos, Sr. Presidente, diversas vezes, que consideramos que isto não é metodologia de trabalho, porque a Assembleia da República deve, no quadro da sua intervenção, ter um espaço para a reflexão, para a ponderação, para a discussão das diversas matérias.

Aliás, aquilo que é a excecionalidade, neste início de legislatura tem sido a regra das propostas de lei que foram retidas por parte do Governo, na sua esmagadora maioria, ao serem sempre apresentadas com processos de urgência.

Queria aqui salientar que na Conferência de Líderes houve disponibilidade, inclusivamente da parte do PCP, para agendamento de um conjunto de iniciativas pelo Governo e que esta não foi sinalizada nesse momento.

Como já foi dito, estamos a falar de um Governo de continuidade, já da legislatura anterior, e que, portanto, tinha conhecimento relativamente a esta necessidade, pelo que não compreendemos este processo. De qualquer forma, não nos opusemos à sua discussão e votação, mas consideramos que a exceção não pode ser a regra. A Assembleia da República tem de ter espaços para a discussão e reflexão sobre as diversas matérias e não podemos ser confrontados desta forma, como tem sido neste início de legislatura.

Sobre o conteúdo, estamos perante uma proposta que não protege, efetivamente, os cidadãos e as famílias. Esta é a grande preocupação que temos relativamente a esta matéria, por isso não iremos acompanhar.

O Sr. **Presidente**: — Então, agora sim, já estamos em condições de proceder à respetiva votação. Vamos votar, na generalidade, na especialidade e em votação final global, a Proposta de Lei n.º 10/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Autoriza o Governo a transpor a Diretiva (UE) 2021/2167, que harmoniza o acesso e o exercício da gestão de créditos bancários não produtivos e define os requisitos para os adquirentes de créditos.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, do CDS-PP e do JPP, os votos contra do PCP e do BE e as abstenções da IL, do L e do PAN.*

Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de ler o parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados. Faça favor.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados emitiu um parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Hugo Carneiro (PSD) a prestar depoimento por escrito, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo 1673/24.4T8STS que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca do Porto — Juízo Local Cível de Santo Tirso — Juiz 1.

O Sr. **Presidente**: — Vamos proceder à votação deste parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Tender pede a palavra?

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Tender** (CH): — Sim, Sr. Presidente, estou registada, mas não fui considerada para efeitos da verificação de quórum.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Tender está presente, pedia aos serviços o favor de registarem a sua presença.

O Sr. Deputado Hugo Carneiro, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, é apenas para requerer, relativamente à proposta de lei do Governo, a dispensa da redação final e também do prazo de reclamações.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar este requerimento.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Dou a palavra ao Sr. Secretário da Mesa para a leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, é para anunciar que deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, as Propostas de Lei n.ºs [9/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (ALRAA), [10](#), [11](#) e [12/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (GOV), [13/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (ALRAM), bem como as Propostas de Resolução n.ºs [1](#), [2](#) e [3/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (GOV), os Projetos de Lei n.ºs [122/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP), [123](#) e [124/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) e [125/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) e, ainda, os Projetos de Resolução n.ºs [178/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH), [179/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS), e [180/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP).

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a nossa reunião de amanhã começa às 15 horas, com eleições para a CNE (Comissão Nacional de Eleições) e o debate sobre o estado da Nação.

Até amanhã, Srs. Deputados.

*Eram 14 horas e 8 minutos.*

---

*Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação*

*Relativa à Proposta de Lei n.º 3/XVII/1.ª:*

No dia 16 de julho de 2025, a Assembleia da República votou, em sessão plenária, a Proposta de Lei n.º 3/XVII/1.ª (GOV), que alterou a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, referente ao regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

A Iniciativa Liberal sempre foi favorável ao sentido e propósito desta iniciativa legislativa, revendo-se na ideia de que a política migratória adotada pela esquerda nos últimos anos encaminhou o País para uma situação incomportável, nomeadamente no que concerne à capacidade de integração digna e humanista que se exige a um país com o histórico de Portugal, desde sempre aberto ao mundo e cosmopolita, bem como à sustentabilidade dos serviços públicos, que se revelaram incapazes de responder com eficiência e eficácia às necessidades da população, pelo que importa rever e corrigir com urgência a dita política migratória.

Porém, essa reversão, ainda que com sentido de urgência, não pode nem deve ser feita a todo o custo. A sensibilidade do tema, os riscos para quem escolheu efetivamente Portugal para desenvolver os seus projetos de vida, a imprevisibilidade das consequências económicas, ainda para mais num país carente de mão de obra, e até a própria necessidade de garantir a coerência do sistema jurídico recomendavam uma atuação prudente e responsável que esta maioria parlamentar, lamentavelmente, optou por dispensar.

A Iniciativa Liberal alertou em devido tempo que o pior que podia acontecer nesta matéria era a lei ficar ferida de deficiências técnico-jurídicas que pusessem em causa a sua pronta execução.

Infelizmente, abundam as evidências de que foi esse o caminho escolhido. Em pouco tempo, foi-se capaz de substituir integralmente o texto original da proposta de lei e de, imediatamente antes da sua votação, apresentar propostas de alteração ao texto de substituição.

Simultaneamente, ignoraram-se contributos indispensáveis e atropelaram-se procedimentos legislativos normais, mesmo quando enquadrados numa situação de excecional urgência, sendo esta a prova de que a iniciativa legislativa não estava consolidada e que os efeitos da mesma não foram devidamente ponderados, numa clara falta de sentido de responsabilidade e de respeito pela Assembleia da República, bem como de todos os que serão afetados pela entrada em vigor desta lei.

Com os fundamentos acima explanados, a Iniciativa Liberal absteve-se na votação final global do diploma.

Os Deputados da Iniciativa Liberal, *Rui Rocha — Angélique Da Teresa — Carlos Guimarães Pinto — Joana Cordeiro — Jorge Miguel Teixeira — Mariana Leitão — Mário Amorim Lopes — Miguel Rangel — Rodrigo Saraiva.*

---

*Relativa ao texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 2/XVII/1.ª e ao Projeto de Lei n.º 60/XVII/1.ª:*

Texto de substituição da Proposta de Lei n.º 2/XVII/1.ª que cria a Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras na Polícia de Segurança Pública.

A extinção do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) foi precipitada e ocorreu de forma desastrosa, com o espartilho das competências de controlo de fronteiras distribuída por duas forças de segurança, de natureza e competências diferenciadas, e com a constituição de um serviço administrativo, a AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo), sem a alocação dos meios necessários para dar resposta aos imigrantes, registando-se atrasos inadmissíveis nos processos, dificultando a regularização da situação de quem vive e trabalha no nosso País, deixando-os mais expostos e vulneráveis às máfias e à exploração.

Com esta nova lei, ao atribuir mais competências à PSP (Polícia de Segurança Pública) em matéria de controlo de estrangeiros e fronteiras em infraestruturas aeroportuárias seria imprescindível capacitá-la. Ora, é

visível que, já hoje, a PSP não dispõe dos meios materiais, logísticos e humanos para as funções que lhe estão atribuídas, em particular a segurança das populações.

Importa igualmente acautelar que a intervenção da PSP deve pautar-se pelos princípios constitucionais e assente nos valores humanistas.

Na discussão na especialidade, a convergência entre PSD, CDS e CH foi clara, tendo resultado na introdução de alterações de sentido negativo e que pioraram substancialmente a proposta inicial.

O maior exemplo disso é a criação de uma unidade especial de estrangeiros e fronteiras e não especializada (como inicialmente o Governo tinha proposto) dentro da PSP. A criação de uma unidade especial de estrangeiros e fronteiras na PSP, de natureza distinta da inicial, suscita-nos reservas, quando está em curso a intenção de implementação de uma agenda retrógrada em relação às questões da imigração e de perseguição de cidadãos estrangeiros.

Por outro lado, esta lei suscita também questões quanto à coerência na ação em relação ao controlo das fronteiras, quando as competências por esta matéria foram distribuídas à PSP e à GNR, para além das competências próprias da Polícia Judiciária.

Estas são as razões pelas quais o PCP votou contra.

A Deputada do PCP, *Paula Santos*.

---

*Relativa ao Projeto de Resolução n.º 79/XVII/1.ª [votado na reunião plenária de 11 de julho de 2025 — DAR I Série n.º 12 (2025-07-12)]:*

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata dá a maior atenção a todas as temáticas da igualdade de género e, neste caso concreto, as relativas ao acesso das mulheres à carreira diplomática, uma das mais prestigiadas da Administração Pública portuguesa.

Tendo consciência do desequilíbrio entre o número de mulheres e homens que ainda persiste na carreira diplomática, não podemos também deixar de realçar que cada vez mais as diplomatas portuguesas têm vindo a ocupar não apenas cargos de chefia no Ministério dos Negócios Estrangeiros, como também em diversas embaixadas no mundo.

Por outro lado, o novo Estatuto da Carreira Diplomática, aprovado recentemente e saudado pela Associação dos Diplomatas Portugueses, ao valorizar a carreira diplomática, traz um conjunto de medidas que vão no sentido daquilo que é defendido pelo GP do Livre.

De facto, o novo estatuto assumiu-se como um marco muito importante para os diplomatas, ao consagrar, entre outras medidas, o mérito na valorização da carreira, a melhoria das condições salariais e o recurso a um critério familiar na definição do subsídio de regresso. O objetivo foi o de modernizar a carreira tendo em atenção o enquadramento familiar dos nossos diplomatas.

O exposto anteriormente justifica a abstenção do PSD nesta votação, permitindo que a iniciativa desça à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, para o respetivo trabalho na especialidade.

As (Os) Deputadas (os) do PSD, *Regina Bastos — Paulo Neves — Carlos Silva Santiago*.

*[Recebida na Divisão de Redação a 17 de julho de 2025.]*

---

*Relativa ao Projeto de Resolução n.º 45/XVII/1.ª [votado na reunião plenária de 11 de julho de 2025 — DAR I Série n.º 12 (2025-07-12)]:*

Pese embora o LIVRE seja crítico das opções que conduziram à atual circunstância do Novo Banco, não se revê no teor de parte dos considerandos da iniciativa do PCP, mais defendendo que no atual contexto do sistema bancário português não é uma prioridade a sua nacionalização. Com efeito, o Estado já detém um banco, que é a Caixa Geral de Depósitos, que tem muito potencial por explorar e muita margem para melhorar enquanto

verdadeiro banco público e para todas as pessoas. É aí que o LIVRE defende que, na atualidade, se deve focar a intervenção do Estado na banca, o que, todavia, não prejudica a possibilidade de, no futuro, tal como já aconteceu no passado, poder vir a existir um contexto em que a nacionalização do Novo Banco possa voltar a fazer sentido.

A Deputada do L, *Isabel Mendes Lopes*.

[Recebida na Divisão de Redação a 18 de julho de 2025.]

---

Relativa ao Projeto de Lei n.º 55/XVIII/1.<sup>a</sup> [votado na reunião plenária de 4 de julho de 2025 — DAR I Série n.º 9 (2025-07-05)]:

A Língua Gestual Portuguesa constitui um importante instrumento para a integração das pessoas surdas, reconhecida em 1997, tendo integrado a Constituição da República Portuguesa, designadamente através do artigo 74.º, no qual se prevê que incumbe ao Estado, na realização da política de ensino, entre outras responsabilidades, a de «proteger e valorizar a Língua Gestual Portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à educação e da igualdade de oportunidades».

O PCP sempre defendeu que o devido cumprimento deste direito constitucional implica necessariamente a execução de medidas concretas para ultrapassar as dificuldades sentidas pelas crianças e jovens no acesso ao ensino — cuja garantia de ensino e acesso à Língua Gestual Portuguesa é ainda bastante deficitária, como é possível verificar na carência de intérpretes de Língua Gestual Portuguesa na rede pública de ensino, especialmente no ensino superior.

Importa também concretizar medidas que garantam o acesso a um conjunto de direitos (como, por exemplo, na saúde), já que a insuficiência, e mesmo inexistência, de intérpretes de Língua Gestual nos vários serviços públicos conduz a discriminação dos cidadãos surdos.

O PCP concorda com os objetivos fundamentais que presidem à necessidade de promover a Língua Gestual Portuguesa, como está plasmado em diferentes iniciativas legislativas que visam a ampliação da aprendizagem nas escolas, o seu uso nos diversos serviços públicos, assegurando que esta forma de comunicação seja reconhecida como um direito de comunicação entre a comunidade surda, mas igualmente desta com a sociedade em geral.

Mas sem descurar o papel central da Língua Gestual Portuguesa na afirmação dos direitos de uma parte significativa da Comunidade Surda, é imperativo que o Estado reconheça e responda também às necessidades dos surdos oralizados, com diferentes níveis de perda auditiva, cuja língua de preferência é a materna: a língua portuguesa falada e escrita.

Cabe, por isso, ao Estado assegurar o acesso equitativo às tecnologias assistivas em falta e aos apoios indispensáveis para continuarem a usar o sentido de audição, promovendo a plena inclusão e autonomia deste grupo de cidadãos.”

A Deputada do PCP, *Paula Santos*.

[Recebida na Divisão de Redação a 17 de julho de 2025.]

---

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.